

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MICAEL DOS SANTOS OLEGÁRIO

**SENTIR O CLIMA, APRENDER COM A FLORESTA E ACESSAR O MUNDO:
COMO A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA PODE CONTRIBUIR PARA
ELIMINAR BARREIRAS INFORMATIVAS DO TELEJORNALISMO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**SÃO BORJA
2023**

MICAEL DOS SANTOS OLEGÁRIO

**SENTIR O CLIMA, APRENDER COM A FLORESTA E ACESSAR O MUNDO:
COMO A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA PODE CONTRIBUIR PARA
ELIMINAR BARREIRAS INFORMATIVAS DO TELEJORNALISMO PARA
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Curso de Jornalismo da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Marco Antonio Bonito

**SÃO BORJA
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

0045s Olegário, Micael dos Santos

Sentir o clima, aprender com a floresta e acessar o mundo:
como a acessibilidade comunicativa pode contribuir para
eliminar barreiras informativas do telejornalismo para pessoas
com deficiência / Micael dos Santos Olegário.

76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, JORNALISMO, 2023.

"Orientação: Marco Antonio Bonito".

1. Acessibilidade Comunicativa. 2. Telejornalismo. 3. TV
Cultura. 4. Cidadania Comunicativa. 5. Desenvolvimento
Sustentável. I. Título.

MICHAEL DOS SANTOS OLEGÁRIO

SENTIR O CLIMA, APRENDER COM A FLORESTA E ACESSAR O MUNDO: COMO A ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA PODE CONTRIBUIR PARA ELIMINAR BARREIRAS INFORMATIVAS DO TELEJORNALISMO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de conclusão de curso de graduação em
Jornalismo defendida e aprovada em: 05/12/2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marco Bonito

Orientador / Unipampa

Profa. Dra. Roberta Roos Thier

Avaliadora / Unipampa

Prof. Me. Felipe Collar Berni

Avaliador / UNEMAT

Jornalista. Me. Caroline Andrades

Avaliadora / Egressa da Unipampa



Assinado eletronicamente por **ROBERTA ROOS THIER, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/12/2023, às 19:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO BONITO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/12/2023, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1319770** e o código CRC **8155597A**.



Documento assinado digitalmente
MICHAEL DOS SANTOS OLEGARIO
Data: 21/12/2023 17:42:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento desse trabalho vai para a pessoa que me ensinou as maiores e mais importantes lições da vida: minha mãe - Marli Marques - a professora que me inspira e me apoia em todas as etapas e sonhos. Igualmente importantes nessa trajetória têm sido o meu pai - Claudinei - e o meu irmão - Mateus. Também sou grato a pessoa que transforma minha vida cotidianamente em uma jornada repleta de alegria, felicidade e afeto, Ana, a pessoa mais 'chique' do universo, obrigado por "TCCer" ao meu lado e por todo o apoio sempre. Obrigado também aos meus amigos, em especial o Gilberto e a Bruna.

Aproveito esse espaço para lembrar também de todas as professoras e todos os professores que tive ao longo da minha vida, desde a educação infantil até a graduação. Sou extremamente grato à Universidade Federal do Pampa (Unipampa), uma instituição que pode parecer pequena aos olhos comuns, mas que é gigante em termos de contribuição social e humana na vida de diversas pessoas, inclusive na minha. Agradeço a todos os funcionários e terceirizados da Unipampa, em especial os membros da Assessoria de Comunicação Social (ACS), com quem aprendi e cresci muito.

Agradeço especialmente aos professores que tive ao longo do curso de jornalismo: ao professor Leandro, parceiro, mestre em redação e uma pessoa com um coração gigante; ao professor Geder, acolhedor no seu rigor e no afeto, uma grande inspiração em termos de pesquisa e postura, um grande exemplo para mim; à professora Roberta, sempre atenta aos detalhes, generosa, de um coração também enorme e com quem aprendi tudo sobre telejornalismo; à professora Sara, didática em todas as explicações e sempre aberta a ajudar. E, também aos demais professores que contribuíram para minha formação: Alciane, sempre parceira e carinhosa; Alexandre, mestre do cinema e do rádio; Vivian, digital e sempre estimulando a atualização dos alunos; Eloísa, orientadora em assessoria e planejamento visual; Miro, das dicas e orientações sobre fotografia; Adriana, também carinhosa e mestre do rádio; Marcelo, das aulas de empreendedorismo com olhar social; Beras, do rock, dos momentos musicais de muito aprendizado e das lições valiosas sobre sociologia da comunicação e humanidade. E por fim, mas não menos importante, meu orientador Marco Bonito, quem me ensinou a olhar o mundo com lentes disruptivas e a "reparar" sempre que possível no que pode e precisa ser transformado na sociedade, seja pela comunicação ou pelos afetos. Quem me ensinou a pesquisar, a fazer fichamentos e a usar o Zotero, razões pelas quais sempre serei muito grato. Agradeço também aos profissionais da TV Cultura que me auxiliaram e concederam as entrevistas que fizeram com que essa pesquisa fosse possível.

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”.

José Saramago - Ensaio Sobre a Cegueira

RESUMO

A presente pesquisa teve como objeto de investigação os processos de produção do programa “Boas Práticas Escolares”, da TV Cultura, analisados à luz da teoria das mediações (Martín-Barbero, 2006) com relação às questões de Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015) e Cidadania Comunicativa (Mata, 2006). Ainda que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) assegurem o direito à informação e comunicação para todas as pessoas, independente de suas diversidades, identificou-se, por meio de pesquisa exploratória, uma deficiência da maioria das mídias telejornalísticas em implementar a Acessibilidade Comunicativa como prática em suas rotinas de produção. Diante deste contexto, a pesquisa partiu do seguinte problema: “de que maneira os processos comunicacionais jornalísticos, empregados no telejornalismo da TV Cultura, contribuem para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em virtude da inclusão e cidadania das pessoas com deficiência no que tange à Acessibilidade Comunicativa?”. A escolha da TV Cultura levou em consideração a qualidade do telejornalismo público produzido pela emissora (Silva, 2020) e o pioneirismo com a criação do Núcleo de Acessibilidade, batizado de FLICTS. Como metodologia, após a pesquisa exploratória, seguiram-se as etapas de revisão bibliográfica dos principais trabalhos relacionados ao tema; pesquisa teórica e seleção de obras de referência e pesquisa da pesquisa com vistas a compreender outras abordagens metodológicas do tema. Em seguida, foram realizadas entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) com jornalistas e profissionais responsáveis pela acessibilidade do “Boas Práticas Escolares”. Como resultados, identificou-se a dificuldade de implementação da Acessibilidade Comunicativa como parte das narrativas jornalísticas desde a pré-produção até a pós-produção, causada muitas vezes pelo desconhecimento técnico de jornalistas sobre a temática. Também foi possível perceber que a sensibilidade social, mediadora da tecnicidade e das rotinas de produção, junto das trocas culturais entre os profissionais, são elementos que potencializam a prática do jornalismo com Acessibilidade Comunicativa que leva à cidadania Comunicativa das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Acessibilidade Comunicativa; Telejornalismo; TV Cultura; Cidadania Comunicativa; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The object of this research was the production processes of the TV Cultura program "Boas Práticas Escolares" (Good School Practices), analyzed in the light of the theory of mediations (Martín-Barbero, 2006) in relation to the issues of Communicative Accessibility (Bonito, 2015) and Communicative Citizenship (Mata, 2006). Although the Brazilian Inclusion Law (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) and the Universal Declaration of Human Rights (Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH) guarantee the right to information and communication for all people, regardless of their diversity, exploratory research identified a deficiency on the part of the majority of TV news media in implementing Communicative Accessibility as a practice in their production routines. Given this context, the research was based on the following problem: "How do the journalistic communication processes used in TV Cultura's telejournalism contribute to achieving the sustainable development goals of the 2030 Agenda, due to the inclusion and citizenship of people with disabilities in terms of Communicative Accessibility?". The choice of TV Cultura took into account the quality of the public telejournalism produced by the broadcaster (Silva, 2020) and the pioneering spirit with the creation of the Accessibility Center, called FLICTS. The methodology followed the exploratory research with a bibliographical review of the main works related to the topic; theoretical research and selection of reference works; and research to understand other methodological approaches to the subject. In-depth interviews (Duarte, 2005) were then carried out with journalists and professionals responsible for the accessibility of "Good School Practices". The results identified the difficulty of implementing Communicative Accessibility as part of journalistic narratives from pre-production to post-production, often caused by journalists' lack of technical knowledge on the subject. It was also possible to see that social sensitivity, which mediates technicality and production routines, together with cultural exchanges between professionals, are elements that enhance the practice of journalism with Communicative Accessibility that leads to the Communicative citizenship of people with disabilities.

Keywords: Communicative Accessibility; Telejournalism; TV Cultura; Communicative Citizenship; Sustainable Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quarto Mapa Metodológico das Mediações – 2017 _____	35
Figura 2 - Relação entre Tecnologia Assistiva e Desenho Universal para Aprendizagem ___	41
Figura 3 - Recursos de acessibilidade no “Boas Práticas Escolares” _____	47
Figura 4 - Legenda oculta e janela de Libras no “Boas Práticas Escolares” _____	50

LISTA DE ABREVIATURAS

PcDs - Pessoas com Deficiência

p. – página

LISTA DE SIGLAS

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

ONU - Organização das Nações Unidas

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Libras - Língua Brasileira de Sinais

AD - Audiodescrição

LSE - Legendas ocultas para surdos e ensurdecidos

CC - *Closed caption*

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Capes - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior

SME - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

W3C - World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1. ADENTRAR NA FLORESTA: INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA.....	14
2. O CAMINHO DE FRUTOS: METODOLOGIA.....	21
2.1. Começar a caminhar: procedimentos.....	21
2.1.1. Imersão exploratória na floresta.....	21
2.1.2. Conhecer a floresta bibliográfica.....	22
2.1.3. Outros frutos documentais.....	26
2.1.4. Decidir qual trilha teórica seguir:.....	26
2.1.5. Pesquisar com atenção e aprender com a pesquisa.....	27
2.1.6. Escutar os sons da floresta em profundidade.....	28
2.1.7. As trilhas metodológicas a seguir.....	28
3. A NECESSÁRIA INOVAÇÃO NO PROCESSO DE CAMINHAR NA FLORESTA.	30
4. ANTÍTESES DAS TEORIAS E CONCEITOS DA FLORESTA.....	34
4.1. Um mapa para encontrar a trilha.....	34
4.2. Identificar e retirar as barreiras do caminho.....	38
4.3. As trilhas da ecologia televisiva acessível.....	39
4.4. Para proteger a floresta: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	42
5. OS FRUTOS RECOLHIDOS PELO CAMINHO.....	45
6. OS SENTIDOS DOS RUÍDOS DA FLORESTA.....	53
6.1. O bom fruto da floresta: “Boas Práticas Escolares”.....	53
6.2. Ruptura e continuidade nos processos de produção acessíveis.....	59
7. CONSIDERAÇÕES SOBRE COMO SENTIR O CLIMA, APRENDER COM A FLORESTA E ACESSAR O MUNDO.....	65
8. A ORIGEM DOS FRUTOS: REFERÊNCIAS.....	68

1. ADENTRAR NA FLORESTA: INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. A epígrafe da obra “Ensaio Sobre a Cegueira”, do autor português José Saramago, sintetiza a necessidade de lembrar cotidianamente que o outro, seja um familiar, um amigo, um colega ou um desconhecido, também é humano e, se tivermos contato com essa pessoa, devemos ter atenção e reparar - agir com humanidade.

Com o objetivo de aproximar o conteúdo, reflexões e resultados da presente pesquisa de um viés humano, social e também ambiental, optou-se pelo uso de algumas metáforas, tanto no título do trabalho, como ao longo dos títulos de capítulos e subcapítulos. A “floresta” que aparece em diferentes momentos, refere-se, neste caso, à ecologia da pesquisa, ou seja, ao percurso e aos processos que envolvem a imersão em um assunto, o conhecimento acerca das principais referências na área, a busca por frutos/dados e a escolha de uma trilha teórica a seguir. Tal metáfora busca enfatizar o papel da pesquisa como um modo para “sentir o clima” do mundo, do jornalismo e da pesquisa, para assim aprender e acessar este mesmo mundo com os sentidos atentos e disposto a eliminar barreiras comunicacionais. Além disso, possui uma associação ao cuidado e zelo com o meio ambiente e natureza, tema que se relaciona com a investigação aqui realizada e com os interesses do pesquisador.

A presente pesquisa surgiu a partir de discussões sobre a Acessibilidade Comunicativa em aulas do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e de orientações em iniciação científica. A questão problema que guiou a pesquisa é: “de que maneira os processos comunicacionais jornalísticos, empregados no telejornalismo da TV Cultura, contribuem para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em virtude da inclusão e cidadania das pessoas com deficiência no que tange à Acessibilidade Comunicativa?”. A partir dessa indagação, procurou-se analisar as rotinas e processos produtivos dos profissionais da TV Cultura na produção de conteúdos acessíveis, para compreender, descrever e refletir criticamente sobre como se constituem e são executados seus processos comunicacionais em relação à Acessibilidade Comunicativa, à Cidadania Comunicativa e aos objetivos da Agenda 2030. A escolha pelo tema da Agenda 2030 leva em consideração a importância de práticas efetivas para o desenvolvimento sustentável e humano da sociedade, o que inclui a redução de desigualdades (10º objetivo) e vai ao encontro da Acessibilidade Comunicativa.

Segundo Bonin (2011, p. 27), o contexto é um dos aspectos principais de adequação da pesquisa com a realidade concreta. “Na pesquisa comunicacional, saber formular e

construir aspectos que deem conta do contexto midiático e comunicacional que configura a sua particularidade é fundamental”. A realidade da comunicação contemporânea leva a considerar que o contexto das produções jornalísticas acessíveis necessitam de um olhar aprofundado, a fim de identificar e descrever os recursos técnicos e processos empregados no telejornalismo da TV Cultura voltados à cidadania de pessoas com deficiência (PcDs).

Para Maldonado (2011, p. 281) “a contextualização permite uma visão abrangente e ao mesmo tempo particular, e situa o contexto do problema como articulador dos outros contextos na estruturação da pesquisa”. O desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 trazem uma visão de mundo que olha para a realidade e lança bases e objetivos para que o conjunto de pessoas, países, empresas e organizações possam transformar o presente e o futuro (ONU, 2016). Bernardi Zorzo *et al* (2022) faz uma análise dos indicadores brasileiros para atingir o desenvolvimento sustentável. De acordo com os autores e autoras, um dos principais pontos da Agenda 2030 é promover a inclusão de grupos vulneráveis, o que inclui, neste caso, as diversidades das PcDs.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH - (ONU, 1948), publicada pela primeira vez em 1948, destaca a igualdade de todos os seres humanos, bem como estabelece que as legislações e normas nacionais devem respeitar e zelar pela dignidade da vida humana e seu pleno exercício. O direito à informação e comunicação também faz parte da declaração, segundo a qual:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 2000, art. XIX).

É justamente o contexto comunicacional um dos principais eixos que levam à pergunta inicial da presente pesquisa, uma vez que, apesar de regulamentada em lei, poucas mídias brasileiras utilizam da acessibilidade para garantir o direito à informação de PcDs. A escolha da observação, a partir dos processos produtivos do telejornalismo da TV cultura, também se adequa e permitiu, em conjunto com a pesquisa exploratória, uma visão ampla e ao mesmo tempo recortada do objeto que compõe a investigação, neste caso o telejornalismo e a Acessibilidade Comunicativa.

Segundo dados de 2022, disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), existem 18,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil

(considerando as pessoas com 2 anos ou mais), o que equivale a 8,6% da população (IBGE, 2023)¹.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), regulamentou os direitos das Pessoas com Deficiência (PcDs) no país, dentre eles, o acesso à informação (Brasil, 2015). Em seu artigo IV, a LBI é clara com relação às barreiras comunicativas que podem impedir esse grupo de exercer sua cidadania, o que inclui:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (Brasil, 2015, Artigo IV).

Nesse caso, ao não cumprir com os requisitos dispostos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, na NBR 9050 (ABNT, 2020), que trata sobre o conceito de acessibilidade; na NBR 15290, sobre comunicação na televisão (ABNT, 2016a); e no Manual de Adaptações de Acessibilidade (Brasil, 2020), as mídias telejornalísticas tornam-se deficientes em atender aos direitos humanos das PcDs em suas diversidades, contribuindo para sua marginalização e invisibilização social, como explicam o pesquisador Marco Bonito e a pesquisadora Larissa Conceição dos Santos:

Se existem barreiras informativas, que impedem ou prejudicam a apropriação significativa dos conteúdos, as pessoas com deficiência ficam marginalizadas do processo comunicacional. Por isso, entende-se que as narrativas precisam incorporar a acessibilidade comunicativa como um conceito essencial, desde o início do processo (Bonito; Santos, 2020a, p. 113).

Além disso, entre os 17 objetivos da Agenda 2030, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a redução das desigualdades (10º objetivo), e a paz, justiça e instituição eficazes (16º objetivo), tratam, entre outros pontos, de ações que visem a inclusão e equidade social. A acessibilidade comunicativa também se relaciona indiretamente com a promoção da indústria, inovação e infraestrutura (9º objetivo) e consumo e produção responsáveis (12º objetivo), uma vez que pressupõe processos produtivos e produtos jornalísticos acessíveis. Portanto, em consonância com Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e os princípios estabelecidos pela Agenda 2030, referendados e assumidos pelo Brasil (ONU Brasil, 2023), a pesquisa buscou compreender e refletir sobre os processos comunicacionais, com um olhar para a acessibilidade comunicativa e o desenvolvimento sustentável, sendo assim, a investigação vai ao encontro das dimensões sociais, políticas, econômicas da sociedade, do compromisso com a realidade, e dos desafios do nosso tempo histórico.

¹ Até o momento de redação final do trabalho, ainda não haviam sido disponibilizados os dados sobre PcDs do último Censo realizado em 2022.

Apesar das PcDs terem seu direito à informação e comunicação assegurado pela legislação, a realidade está distante da letra da lei. Bonito (2015) analisa todo o arcabouço jurídico que deveria servir de base para as mídias digitais se adequarem às necessidades das PcDs. Segundo ele, na maioria das vezes “os interesses de mercado superaram os da cidadania” (Bonito, 2015, p. 72), o que torna estas regulamentações do poder público em “leis invisíveis”. Diversos fatores são apontados pelas empresas de comunicação jornalística para não adotarem a acessibilidade comunicativa, tais como dificuldades econômicas, estruturais e de profissionais qualificados (Bonito, 2015).

Dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil, avaliaram, em 2020, que apenas 8% das páginas de órgãos governamentais brasileiros cumpriam os padrões de acessibilidade (CGI.NIC.BR, 2020). Atualmente, mídias sociais digitais como *Facebook*, *Instagram* e *X* (antigo *Twitter*) adotaram medidas e recursos para oferecer acessibilidade em suas plataformas. O *Facebook*, por exemplo, já oferece opção de descrição alternativa de imagens para pessoas com deficiência visual. Além disso, possui uma página na web específica com atalhos e informações sobre como produzir conteúdos com acessibilidade e utilizar os recursos da plataforma voltado para o tema.² Já no *Instagram*, o perfil *@creators* disponibiliza dicas e informações para a prática da acessibilidade pelos seus usuários.³ Além disso, a mídia social digital possui espaços para descrição alternativa de imagens e legendas automáticas em vídeos. Do mesmo modo, diversos portais de notícias e empresas jornalísticas vêm buscando estratégias para se adequar a realidade e as leis que estabelecem a acessibilidade como elemento fundamental para o direito à informação dos PcDs. Tanto do ponto de vista das plataformas de mídias sociais digitais, como do jornalismo, faz-se necessário que empresas de comunicação vejam as pessoas com deficiência como usuários e sujeitos de direitos (Mata, 2006). Ou seja, a busca pela acessibilidade não pode ser vista como uma obrigação, mas uma oportunidade, seja para o jornalismo ou qualquer outra área da comunicação.

Quanto ao panorama da acessibilidade no telejornalismo brasileiro, Cirne e Belém (2022) fazem uma revisão histórica sobre a implementação de recursos de acessibilidade de diferentes emissoras de TV aberta do país. A autora e o autor constata a deficiência das mídias em atender uma parcela significativa da população, inclusive ao descumprir padrões no uso de legendas ocultas para surdos e ensurdecidos (LSE) e com relação ao tamanho e enquadramento da janela de Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que, conseqüentemente,

² Disponível em: <[Accessibility | Facebook Help Center](#)> . Acesso em: 03/12/2022.

³ Disponível em: <[Instagram's @Creators \(@creators\) • Instagram photos and videos](#)>. Acesso em: 02/12/2022.

leva a “invisibilização de um número expressivo de pessoas com deficiência (PcDs) que não conseguem ter acesso efetivamente aos conteúdos audiovisuais, seja porque têm perda parcial ou total da visão ou da audição” (Cirne; Belem, 2022, p. 35). Em relação à oferta de janela de Libras, audiodescrição e legenda oculta, o trabalho conclui que apenas a TV Cultura mostra intenções de tornar toda sua programação acessível, com os três recursos de acessibilidade:

No momento, há inserção de 24 horas diárias de legendagem oculta, 20 horas semanais com intérprete de Libras e 28 horas semanais de audiodescrição (AD). É, portanto, um grande avanço e estímulo às demais emissoras (Cirne; Belem, 2022, p. 49).

Em dezembro de 2019, a TV Cultura criou o Núcleo de Acessibilidade, batizado de FLICTS. A iniciativa teve como objetivo adequar as produções da emissora aos padrões de acessibilidade, com a implementação de diretrizes e processos para a produção de conteúdos com presença de janela de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), *closed-caption* (CC - legenda oculta para surdos e ensurdecidos) e audiodescrição (AD) (TV Cultura, 2019).

Em sua dissertação, intitulada “Qualidade no telejornalismo público brasileiro: uma análise do Jornal da Cultura”, Silva (2020) traça um panorama sobre as diferentes fases e momentos do jornalismo da TV Cultura. De acordo com a autora, a preocupação com a audiência e as demandas da sociedade, incluindo minorias e grupos marginalizados, como os PcDs, são elementos que conferem qualidade ao telejornalismo público, uma vez que, este “deve ser responsável por provocar mudanças na sociedade, mostrar temáticas e abordagens que não têm espaço nas televisões comerciais e criar oportunidades para o diálogo entre televisão e sociedade” (Silva, 2020, p. 52). Logo, a busca por atender aos requisitos de acessibilidade e a preocupação educativa e com a dignidade humana ao produzir conteúdos é o que coloca a TV Cultura em posição de destaque com relação à qualidade do telejornalismo no Brasil (Silva, 2020).

Dessa constatação surgiu a intenção de analisar como funcionam os processos de produção dos conteúdos com acessibilidade no telejornalismo da TV Cultura. Para isso, optou-se pela escolha de um produto específico, o programa “Boas Práticas Escolares” (TV Cultura, 2023), não para realizar um estudo de caso, mas sim para analisar os seus processos produtivos.

De acordo com Barros e Junqueira (2010), os objetivos definem o foco da pesquisa, além de responderem à problemática e/ou possíveis hipóteses levantadas durante o trabalho. Em outras palavras: “os objetivos traduzem-se, em nível prático, nas ações que serão

realizadas pelo pesquisador” (Barros; Junqueira, 2010, p. 43). São os objetivos que orientam o desenho científico e mapeamento do que precisará ser feito ao longo da pesquisa.

Bonin (2011) afirma que o objetivo geral é aquilo que a pesquisa propõe alcançar, ou seja, está relacionado não somente como uma resposta a uma pergunta inicial, mas também com os possíveis ganhos científico-sociais que o trabalho pode gerar. Por sua vez, os objetivos específicos são desmembramentos do objetivo maior que ajudam a constituir-lo e, também, oferecem contribuições complementares à pesquisa (Bonin, 2011). Sendo assim, definiu-se como objetivo principal da pesquisa: “compreender como os processos comunicacionais acessíveis, na produção jornalística do programa ‘Boas Práticas Escolares’ da TV Cultura, contribuem para a Acessibilidade Comunicativa no telejornalismo em relação aos objetivos da Agenda 2030 no Brasil”. E como objetivos específicos:

1. Descrever os recursos técnicos e processos empregados no telejornalismo da TV Cultura voltados à inclusão de pessoas com deficiência;
2. Analisar a Acessibilidade Comunicativa como parte dos processos jornalísticos do “Boas Práticas Escolares”;
3. Refletir sobre a inclusão de processos inovadores com acessibilidade comunicativa no telejornalismo.

O curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), assim como a significativa parte dos cursos de graduação de instituições federais, preocupa-se com as questões de acessibilidade, tanto do ponto de vista metodológico e pedagógico, como na forma de conteúdos e componentes curriculares, isto com o objetivo de proporcionar uma “formação integral do estudante, inclusive relacionadas às temáticas de formação humanística, ambiental, de acessibilidade e de formação étnico-racial” (Unipampa, 2022, p. 57). Portanto, a investigação aqui pretendida vai ao encontro do que se espera do papel de um graduando de uma Universidade pública, em termos de contribuição social, científica e humanística, em acordo com o que está disposto no Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Unipampa.

Ao tratar da Acessibilidade Comunicativa, tomando como base as reflexões de Bonito (2015) e Mata (2006), sobre o direito à comunicação para o exercício da cidadania por Pessoas com Deficiência (PcDs), considera-se que é papel dos jornalistas colaborarem com a transformações de processos acessíveis de produção jornalística, visando atender às disposições da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), aos direitos humanos descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ao papel dos jornalistas evidenciado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o qual destaca o direito de informar e ser

informado. “Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse” (Fenaj, 2007, Artigo 2º). Sendo assim, a presente pesquisa contribui para a compreensão de como os processos jornalísticos podem romper barreiras comunicativas e colaborar com a diminuição das deficiências das mídias, em termos de Acessibilidade Comunicativa.

Além disso, ao longo da trajetória acadêmica e pessoal deste pesquisador, principalmente, a partir do contato com pessoas com deficiência e, ao estudar jornalismo, foi possível perceber como a comunicação e informação são preceitos essenciais para o exercício da cidadania, como destaca Mata (2006). Preceitos estes que fazem a diferença na vida das pessoas. Por isso, a partir do lugar de pessoa típica, a pesquisa pretende analisar como outros profissionais do jornalismo, sendo pessoas típicas ou atípicas, atuam em conjunto para promover a Acessibilidade Comunicativa no programa “Boas Práticas Escolares” e, assim, descrever e refletir sobre a inovação dos processos jornalísticos a partir da acessibilidade concebida desde a pré-produção até a finalização dos conteúdos (Bonito; Santos, 2019). Deste modo, a investigação se justifica por oferecer contribuições científico-sociais (Bonin, 2011) e científico-práticas (Santaella, 2001) para o jornalismo e para a área da comunicação.

Após essa contextualização e apresentação do tema, pergunta, objetivos e justificativa da pesquisa, o próximo capítulo (2) apresenta o caminho percorrido pela “floresta”, ou seja, os procedimentos e escolhas metodológicas feitas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Na sequência, o capítulo 3 - “A necessária inovação no processo de caminhar na floresta” - descreve a ligação do tema e da investigação com os conceitos de inovação social e jornalismo de inovação, além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que a pesquisa busca atender. Em seguida, no capítulo 4: “Antíteses das teorias e conceitos da floresta”, o referencial teórico utilizado como base para o trabalho é apresentado e discutido, com foco em entender o papel da teoria das mediações para pensar na acessibilidade comunicativa no telejornalismo. Depois, em “Os frutos recolhidos pelo caminho”, a pesquisa procura responder ao primeiro dos objetivos específicos de descrição dos processos de produção do “Boas Práticas Escolares” em relação à acessibilidade comunicativa. Em seguida, o capítulo 6 - “Os sentidos dos ruídos da floresta” - traz a análise e as reflexões feitas a partir dos processos investigados, em confronto com a teoria das mediações e os conceitos de cidadania comunicativa e acessibilidade comunicativa. Por fim, o capítulo 7 apresenta as considerações finais do trabalho e o capítulo 8 as referências utilizadas.

2. O CAMINHO DE FRUTOS: METODOLOGIA

Ao longo deste capítulo serão apresentados e discutidos os procedimentos e as escolhas metodológicas feitas durante o percurso da pesquisa. A metodologia pode ser definida como a construção e organização do pensamento e das ações em uma pesquisa, ou seja, ela dá conta de explicitar o percurso da pesquisa a partir de uma problematização e com vista a adequação ao objeto escolhido (Bonin, 2011). Segundo Bonin (2011, p. 28), esse processo não deve ser feito de modo automatizado, mas sim de maneira crítica, “numa atitude de vigilância, de reflexão das potencialidades e dos limites dos métodos e processos utilizados”. A partir desta perspectiva, a pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos:

2.1. Começar a caminhar: procedimentos

2.1.1. Imersão exploratória na floresta

Dada a relação entre comunicação e jornalismo com os fenômenos da realidade social, as ações de pesquisa exploratória buscam aproximar a problemática da pesquisa desses fenômenos. Em resumo, é uma busca diversa sobre referências, dados, produtos, processos e exemplos que tratem do tema ou assunto em questão e que possam conversar com os objetivos do pesquisador, de modo a oferecer uma base empírica para a pesquisa. Essa “imersão” no campo vai fornecer as pistas para a melhor compreensão dos fenômenos e do problema a ser investigado (Bonin, 2011).

Bonin (2011, p. 40) destaca que a pesquisa exploratória “oportuniza experimentar, vivenciar e testar métodos e procedimentos para compor e construir arranjos metodológicos sensíveis às demandas da problemática e das lógicas dos objetos empíricos”. Além disso, esse método traz reflexões, desperta ideias e pode trazer maior criatividade para o processo de construção de um projeto de pesquisa.

Com objetivo de encontrar pesquisas semelhantes e buscar uma revisão das produções em torno do tema de interesse da presente investigação, foi feita uma busca utilizando os seguintes termos: acessibilidade comunicativa; telejornalismo acessível; Jornalismo e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030 e TV Cultura e Acessibilidade. A seleção dos termos levou em consideração a delimitação do objeto de estudo, ou seja, as práticas telejornalísticas acessíveis da TV Cultura em relação aos ODS da Agenda 2030.

Foram selecionados os seguintes repositórios para a busca: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior); Academia.edu; Google Acadêmico; Scielo.br e Researchgate.net.

A seleção dos trabalhos foi feita com base em critérios de classificação e indexação da Análise de Conteúdo (Bardin, 2002), com o foco na aproximação dos textos com o tema e objeto de estudo. Primeiramente foram anotados a totalidade de produções, em seguida foram selecionados apenas os textos referentes à área de comunicação. Por conta do número elevado de resultados, optou-se por um último filtro qualitativo, considerando a análise do título, periódico e resumo dos 30 primeiros resultados em cada repositório de busca.

Por fim, as produções selecionadas foram ordenadas em escala decrescente de data (do mais recente para o mais antigo) e relevância científica e acadêmica, considerando a seguinte ordem: Tese; Artigos em revistas Qualis A1, A2 e A3; Dissertações; Capítulos de livros; Artigos em revistas A4, A5, B1, B2. Os resultados da pesquisa exploratória podem ser conferidos em [artigo publicado na Revista Anagrama](#)⁴ (Olegário; Bonito, 2023).

2.1.2. Conhecer a floresta bibliográfica

O conhecimento é sempre construído em caráter provisório, como um meio do caminho, isto porque, toda investigação parte de um lugar já estabelecido. Segundo Santaella (2001, p. 168), “mesmo em um tipo muito simples de pesquisa, a exploratória, que visa meramente à avaliação de uma situação concreta desconhecida, alguém em algum lugar já deve ter tido uma preocupação semelhante”. A autora considera, aliás, que essa é a etapa que servirá de base para as escolhas do método e teorias ao longo da pesquisa.

Para Santaella (2001, p. 169), a pesquisa bibliográfica é o momento de observar o contexto e outras produções, neste processo “temos de nos valer da ajuda tanto quanto possível alargada do pensamento do outro a que podemos ter acesso”. Portanto, é por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador busca pesquisas relacionadas ao seu objeto, como parte de um processo de conhecimento sobre o estado de todos os temas e conceitos que possam interessar durante a pesquisa.

Na realização da pesquisa bibliográfica é necessário um cuidado especial na mineração e dilapidação das fontes que virão a conduzir o entendimento acerca de um tema e edificar as reflexões e passos seguintes da investigação científica.

⁴ Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/212656>

Não se trata portanto de simplesmente resumir, parafraseando o que está escrito nos livros, mas sim de fazer considerações, interpretações e escolhas, explicando e justificando essas escolhas, sempre em função do problema posto pela pesquisa (Santaella, 2001, p. 172).

Além disso, uma boa revisão bibliográfica pode, além de preparar melhor o pesquisador com uma visão do panorama da sua questão, servir como atualização e fonte de consulta para futuras pesquisas (Santaella, 2001). Em relação aos trabalhos selecionados para leitura durante a pesquisa exploratória, alguns deles merecem destaque, tais como:

Entre as teses cabe mencionar os trabalhos de Bonito (2015), Scoralick (2017) e Loose (2021). No primeiro deles, Bonito (2015) utiliza de uma contextualização e revisão bibliográfica aprofundada para analisar a acessibilidade comunicativa em conteúdos digitais com relação à cidadania e os direitos das pessoas com deficiência, trabalho este que ofereceu bases teóricas e conceituais para a presente investigação.

Já o trabalho de Scoralick (2017) tem como objetivo analisar a inserção de audiodescrição (AD) em produtos telejornalísticos. O texto apresenta explicações sobre como é feita a audiodescrição, tanto em programas gravados, como em transmissões ao vivo. Scoralick (2017) também defende que a profissão de audiodescritor seja regulamentada para que o setor possa crescer.

Por sua vez, o trabalho de Loose (2021) relaciona-se com a prática do jornalismo ambiental e foi selecionado com vistas a buscar a relação entre o tema e a Agenda 2030. Por meio de uma Análise Crítica do Discurso, a autora procura analisar se o jornalismo não hegemônico brasileiro (independente) faz uma cobertura ambiental que construa discursos alternativos ao modelo colonial, relacionando as mudanças climáticas com as lutas de minorias historicamente invisibilizadas e marginalizadas pelo modelo capitalista/colonial (Loose, 2021). Quanto aos grupos marginalizados, o trabalho menciona indígenas, negros e mulheres, mas não inclui nesse rol as pessoas com deficiência. Andrades (2022) defende que isso seja feito e que as PcDs devem ser contempladas pelo jornalismo ambiental, uma vez que, também são afetadas pela crise climática. A autora relaciona isso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

As PcDs também são contempladas nas metas, mas não há inclusão da acessibilidade na maioria das produções jornalísticas ambientais. Com a intensificação dos eventos extremos, o Jornalismo Ambiental possui um papel fundamental para promover o debate sobre a crise climática e as pessoas com deficiência devem estar incluídas neste processo (Andrades, 2022, p. 74).

Quanto aos artigos publicados em revistas Qualis Capes A, cumpre mencionar os trabalhos de Goerck e Areosa (2021), Nascimento e Nascimento (2021) e Rubira e Negrini

(2020). Começando por este último, Jefferson Rubira e Michele Negrini (2020) fazem um estudo sobre a importância da audiodescrição em reportagens do Jornal do Almoço, programa da RBS TV, e exibem matérias com e sem AD para um grupo focal. Como um dos resultados, Rubira e Negrini (2020) constatarem que, na maioria das vezes, o recurso sequer é conhecido pelas pessoas com deficiência visual. “O fato de desconhecerem a audiodescrição mostra que nem mesmo os programas que possuem o recurso são assistidos por eles, pelo simples fato de não saberem da existência da ferramenta inclusiva” (Rubira; Negrini, 2020, p. 16). A investigação evidencia ainda mais a relevância de pesquisas sobre acessibilidade comunicativa e sua popularização.

Outro trabalho de destaque, a pesquisa feita por Vinícius e Nicolas Nascimento (2021) constituiu-se através de entrevistas com intérpretes de Libras do programa Roda Viva, também da TV Cultura. Por meio de uma metodologia de autoconfrontação simples e cruzada, os autores procuraram entender as dinâmicas do processo de interpretação de Libras no telejornalismo.

Verificou-se que o processo de tomada de decisão do interpretar, desperta dramáticas da atividade de trabalho, pois cada escolha do que interpretar ou do que omitir é acompanhada de inúmeros pensamentos e conflitos atravessados pela visão de mundo do próprio intérprete que é, também, sujeito social, histórico e ideológico. A escolha do que omitir é particular de cada profissional e, por mais que se fale de um gênero em específico, cada intérprete possui um processo de tomada de decisões distintas, revelando, nessa direção, singularidades do processo (Nascimento; Nascimento, 2021, p. 144).

A investigação feita pelos autores revela a importância de conhecer os processos de produção de conteúdos com acessibilidade, objetivo central do presente trabalho.

Já Goerck e Areosa (2021) analisam o contexto de implementação dos recursos de acessibilidade em diferentes emissoras abertas do Rio Grande do Sul. As autoras concluem que a audiodescrição e o *closed caption* (CC) são os recursos mais utilizados, no entanto, a diversidade de programação é pequena e, um dos elementos que atrasa a implementação dos recursos, é a falta de fiscalização das leis que tratam da acessibilidade na comunicação. “Não se encontrou nenhum registro efetivo que mostre emissoras punidas por não disponibilizarem sua programação acessível (Goerck; Areosa, 2021, p. 229). Os custos também são apontados pelas emissoras contatadas pelas pesquisadoras como razões para o atraso em cumprir a lei.

Em relação às dissertações, além dos trabalhos já mencionados de Silva (2020) e Andrades (2022), as pesquisas de Campanhã (2020), Beraldo (2021), Berni (2021), Santos (2021), Côrrea (2021) e Fortunato (2022) também forneceram importantes contribuições para

o entendimento acerca dos conhecimentos já produzidos em relação à acessibilidade comunicativa e a uso/implementação de recursos de acessibilidade no telejornalismo.

O trabalho de Fortunato (2022), por exemplo, além de trazer uma análise de produções de telejornais de ouvintes para ouvintes, mas que podem ser acessíveis para surdos com legenda e uso da janela de Libras, traz valiosas informações sobre a cultura surda, uma vez que a pesquisadora também é uma pessoa surda (Fortunato, 2022). Pesquisa essa que se relaciona com a investigação de Santos (2021), a qual analisa três webtelejornais referência em produção acessível na América Latina e avalia o potencial da internet como espaço para produções acessíveis.

As ações voltadas para a inclusão, contudo, não estão pautadas em empatia, mas na exigência da construção de conteúdos e espaços acessíveis e que possam ser utilizados de forma democrática e autônoma pela diversidade de públicos que ainda são ignorados (Santos, 2021, p. 17).

Voltar o olhar para as deficiências das mídias também é o foco de Beraldo (2021). A autora toma como referências critérios de acessibilidade do consórcio World Wide Web Consortium (W3C) e avalia notícias de sites jornalísticos. Além disso, a dissertação apresenta um protocolo de checagem para tornar conteúdos jornalísticos acessíveis na internet. “Verificamos que a barreira atitudinal, capacitismo, impacta diretamente o modo dos jornalistas incorporarem a acessibilidade, a usabilidade e a experiência do usuário com deficiência visual nas decisões” (Beraldo, 2021, p. 116). Já Berni (2021) busca compreender como as pessoas com deficiência intelectual se apropriam das notícias e constroem significados a partir dos conteúdos jornalísticos. A pesquisa exploratória feita pelo autor, bem como as teorias e conceitos utilizados, serviram de base para o presente trabalho.

Berni (2021) também alerta para a importância de considerar o papel social do jornalismo e suas responsabilidades quanto à cidadania:

Para exercer de forma legítima e significativa a função social que lhe foi confiada - de orientar e situar-nos frente aos acontecimentos sociais, de modo que possamos exercer nossa cidadania - o jornalismo precisa produzir conteúdos acessíveis a todos os sujeitos, incluindo pessoas com deficiência (Berni, 2021, p. 17).

O entendimento acerca da responsabilidade do jornalismo diante da realidade e dos sujeitos de direitos faz parte também da preocupação e das motivações do estudo realizado sobre o programa “Boas Práticas Escolares” e os processos de comunicação acessíveis da TV Cultura.

Ainda sobre os artigos acadêmicos encontrados e analisados na etapa da pesquisa bibliográfica, além do também já mencionado trabalho de Cirne e Belém (2022), cumpre

mencionar outros quatro publicados em revista Qualis Capes B: (Barbosa, 2022); (Bonito; Santos, 2019); (Sabbatine; Machado; Paião, 2021) e (Piccinin; Negrini; Roos, 2018). Estes artigos, em conjunto com os demais trabalhos acadêmicos mencionados, proporcionaram o entendimento de um panorama sobre o tema da pesquisa e as bases para a pesquisa teórica e pesquisa da pesquisa.

2.1.3. Outros frutos documentais

Em conjunto com textos científicos e acadêmicos, a pesquisa documental oferece uma visão sócio-temporal e histórica do objeto e da questão a ser estudada em um projeto de pesquisa. Conforme Cellard (2008, p. 295), “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”, é portanto, um meio para o pesquisador garimpar outras visões e fontes sobre o desenvolvimento social de um tema”. O entendimento do conceito de documento consiste em qualquer fonte de pesquisa escrita ou não escrita, tais como fotografias, filmes, vídeos, gráficos e arquivos de mídia em geral.

Segundo orienta Cellard (2008), a busca por documentos deve ser feita de maneira criteriosa para avaliar a pertinência e credibilidade das informações obtidas. É também vital o entendimento do “contexto social global” e as implicações políticas da produção de cada documento, bem como o reconhecimento e identificação do autor. “É preciso poder ler nas entrelinhas, para poder compreender o que os outros viviam” (Cellard, 2008, p. 301). Sem esse cuidado, é possível que as interpretações da pesquisa sejam equivocadas, interferindo em todo o processo de desenvolvimento da investigação científica (Cellard, 2008).

Na presente investigação, a pesquisa documental teve como foco a busca por documentos, manuais e dados sobre acessibilidade nas mídias jornalísticas e no telejornalismo, como as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas referentes à acessibilidade na televisão brasileira, como a NBR 15290 (ABNT, 2016). Entre outros materiais, a exemplo dos dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil sobre acessibilidade nas mídias sociais digitais (CGI.NIC.BR, 2020) e os dados da Pnad Contínua sobre o número de pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2023).

2.1.4. Decidir qual trilha teórica seguir:

Santaella (2001) aponta que uma das características das pesquisas não-quantitativas é a necessidade de construção de um percurso metodológico e teórico alinhado com a questão proposta, o que demanda ao pesquisador uma postura persistente, uma vez que a pesquisa

teórica “implica em se debruçar demoradamente sobre os livros com curiosidade e desprendimento, com a paciência do conceito” (Santaella, 2001, p. 183). É, portanto, um passo além da revisão bibliográfica e a etapa que fundamentará a pesquisa.

Ainda segundo Santaella (2001), a escolha crítica e consciente das teorias deve permitir ao pesquisador constituir o “corpo teórico” identificável em uma linha de pensamento e contexto maiores, para que sejam evitadas interpretações e reflexões de senso comum. É o corpo de teorias que vai organizar lógica e sistematicamente a pesquisa e as interpretações que dela advirem, a medida que tais teorias forem apropriadas e aplicadas de modo consciente e não automatizado na investigação do problema. “Quanto mais conhecemos uma teoria, no confronto com outras teorias, mais nos tornamos capazes de dialogar com ela” (Santaella, 2001, p. 185). O diálogo entre teorias e os demais elementos da pesquisa é o que vai garantir sua originalidade e relevância.

Os aspectos referentes às teorias e conceitos utilizados e aplicados na pesquisa serão apresentados nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

2.1.5. Pesquisar com atenção e aprender com a pesquisa

Como parte dos procedimentos metodológicos de construção da pesquisa, a “pesquisa da pesquisa” implica na reflexão aprofundada das produções em determinado campo, buscando a evolução do conhecimento a partir e com o que já foi produzido (Bonin, 2011). É o momento em que o pesquisador precisa desconstruir as etapas de outras pesquisas de modo a entender “os elementos arquitetônicos que a estruturam e explicitando as bases da sua construção” (Bonin, 2011, p. 35). Deste modo, é possível compreender as perguntas que levaram às outras pesquisas e como elas foram tratadas.

De acordo com Bonin (2011), a pesquisa da pesquisa permite ver possíveis caminhos e alargar os conhecimentos em torno do seu objeto. Para tanto, o pesquisador deve fazer várias perguntas e dissecar outras metodologias para trilhar seu caminho consciente das alternativas e possíveis dificuldades. Além disso, a pesquisa da pesquisa “oferece elementos para a elaboração da problemática, bem como para a autoformação do pesquisador” (Bonin, 2011, p. 36). É por meio dessa etapa que o pesquisador adquire maior capacidade de compreensão das partes constituintes que sustentam uma pesquisa.

Como resultados dessa etapa de pesquisa, foi possível entender as metodologias utilizadas nas obras descritas durante a pesquisa bibliográfica, o que serviu, em conjunto com a etapa da pesquisa teórica, para definir a forma de coleta de dados, através de entrevistas em

profundidade (Duarte, 2005) e os conceitos e teorias a serem utilizados no momento de análise dos dados.

2.1.6. Escutar os sons da floresta em profundidade

Com o objetivo de analisar as rotinas e processos produtivos dos profissionais da TV Cultura na produção de conteúdos acessíveis no Jornal da Cultura, realizaram-se entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) individuais com membros da equipe de telejornalismo, respectivamente responsáveis pelas funções: coordenador de pós-produção; jornalista (pauteiro e auxiliar de gravação externa), intérprete de Libras, audiodescriitora, jornalista legendadora e supervisora de acessibilidade. O objetivo foi colher depoimentos sobre diferentes pontos de vista do processo de produção e da aplicação da Acessibilidade Comunicativa desde a pré até a pós-produção dos conteúdos jornalísticos.

As entrevistas foram realizadas de modo remoto, através da plataforma Google Meet, seguindo um roteiro de perguntas pré-estabelecido de acordo com os objetivos do pesquisador. Por conta de questões éticas e para evitar possíveis constrangimentos institucionais aos entrevistados, foi decidido não mencionar os nomes dos profissionais, apenas seu cargo/função dentro da TV Cultura e na produção do programa “Boas Práticas Escolares”. As entrevistas serão apresentadas e discutidas na sequência do trabalho, nos capítulos 5 e 6.

2.1.7. As trilhas metodológicas a seguir

A metodologia utilizada neste trabalho tem como base a construção de projetos transmetodológicos (Maldonado, 2015), ou seja, trata-se de uma metodologia que converge teorias, procedimentos e estratégias de pesquisa, considerando suas dimensões históricas e socioculturais, com o objetivo de colaborar com o campo científico, com a cidadania comunicativa e a transformação social.

De acordo com Maldonado (2015), a transmetodologia agrega métodos mistos e múltiplos, considerando cada conceito em seu contexto de produção e adaptando-o de modo a servir-se dele para superar obstáculos e exclusões presentes na sociedade atual, em especial, considerando as características da sociedade em rede (Castells, 1999), da tecnocultura e das interações em mídias digitais. “Nos processos comunicacionais digitais se constata inúmeras possibilidades de criação, produção e mudança social; mas, ao mesmo tempo, ainda existem grandes obstáculos culturais, educativos, políticos e sociais” (Maldonado, 2015, p.

715). Neste caso, os obstáculos considerados na pesquisa têm a ver com as barreiras comunicativas ocasionadas pela deficiência das mídias e que impedem as pessoas com deficiência de consumir informações e conteúdos jornalísticos na web e na TV.

Por meio da análise das entrevistas individuais, a pesquisa foi construída em diálogo com a teoria das mediações de Martín-Barbero (2006) e com os conceitos de cidadania comunicativa (Mata, 2006) e Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015). À análise das dinâmicas de produção jornalística também acrescentaram-se relações com a inovação social (Monteiro, 2019) e o jornalismo de inovação (Fiorini; Carvalho, 2022).

3. A NECESSÁRIA INOVAÇÃO NO PROCESSO DE CAMINHAR NA FLORESTA

A presente pesquisa parte do conceito de inovação social, descrito por Bignetti (2011), para pensar novos processos e gerar conhecimentos para atender a uma demanda social por acessibilidade. Para este autor, a inovação social é o resultado do conhecimento usado para gerar soluções como resposta às necessidades sociais em conjunto com a participação de todos os grupos e atores sociais envolvidos. Com base nas considerações da obra “*Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated*”⁵ (Mulgan et al., 2007), Bignetti (2011) aponta que a inovação social pode aproximar indivíduos e grupos marginalizados e ajudar a construir novas soluções para questões sociais. Deste modo, a inovação social e a acessibilidade comunicativa (Bonito, 2015) aproximam-se do ponto de vista da participação dos atores em todo o processo, ou seja, não somente como beneficiários. Este direcionamento se sustenta, em especial, no fato de que a inovação social “é um fenômeno inclusivo, dependente das interações dos diferentes componentes sociais” (Bignetti, 2011, p. 10).

Cumpram também destacar o papel da ciência cidadã como uma forma de inclusão de novos e variados atores sociais no processo de desenvolvimento do conhecimento científico. A participação e colaboração de outros atores na realização de pesquisas é algo comum e observado ao longo dos anos em diferentes áreas do conhecimento. Rocha (2019) contextualiza as discussões em torno do tema e as diferentes definições na literatura relacionada ao termo ciência cidadã. De acordo com a autora, estas iniciativas podem ser entendidas como um esforço colaborativo para a realização de pesquisas com a participação de não cientistas e também como “uma forma de democratizar a ciência, em que grupos de cidadãos se apropriam ou criam conhecimento científico para intervir no processo de tomada de decisão de políticas públicas envolvendo temas de ciência e tecnologia” (Rocha, 2019, p. 15). Ou seja, além de trazer outros olhares para a investigação de fenômenos sociais, como é o caso da comunicação jornalística, a ciência cidadã contribui para que, por exemplo, pessoas com deficiência possam opinar e ajudar a criar os processos pelos quais elas vão ter acesso ao conteúdo jornalístico e à informação.

Ainda segundo Rocha (2019), envolver não cientistas e mesmo leigos nas pesquisas pode servir como um meio de divulgação e educação científica. Perspectiva esta, que vai ao

⁵ Em tradução livre: Inovação social: O que é, porque é importante e como pode ser acelerada

encontro do que Maldonado (2021, p.163) discute como forma de construir uma “cultura acadêmica solidária e transformadora”. Segundo ele, a cidadania científica é essencial para fomentar transformações socioeconômicas, em especial como contraponto à tecnociência produtivista e à ênfase positivista predominante em algumas pesquisas (Maldonado, 2021).

Em um contexto de cultura da convergência, com intenções reflexos na forma de apropriação simbólica e comunicacional de todas os signos e discursos que perpassam o ambiente digital (Jenkins, 2009) e de constantes transformações sociais e econômicas na estrutura das relações de trabalho e empresariais, o conceito de inovação passa a ser cada vez mais utilizado e procurado. Desde há muitos anos, a inovação se associa aos campos do empreendedorismo, da tecnologia e também da comunicação. Recentemente, a Indústria Criativa é reconhecida como uma área e espaço através do qual a inovação é potencializada, ganha novos horizontes e protagonismo. Segundo Silva (2018), é por meio da inovação que se podem “solucionar problemas da vida cotidiana, de modo particular ou coletivo, nas suas mais diferentes dimensões (ambientais, comunicacionais, culturais, econômicas, sociais, etc” (Silva, 2018, p. 95). A inovação é portanto, uma forma de atingir e desvendar processos que podem transformar os mais variados aspectos da realidade, como por exemplo o telejornalismo.

Bruno-Faria e Araujo Fonseca (2014) analisam a definição e constituição de uma cultura da inovação, em especial, associada a ambientes institucionais e organizacionais. Segundo estes autores, existe uma tendência do crescimento de debates em torno desse conceito, tanto no âmbito empresarial e organizacional, como nas diferentes esferas da sociedade. No entanto, este conceito não se restringe apenas às áreas da administração, tecnologia ou às ciências mais positivistas. Segundo Monteiro (2019), ao tratar de inovação social é preciso distinguir ela do conceito abrangente de inovação e das particularidades das inovações tecnológicas. É possível ainda encarar a inovação social como resposta a problemas e condições sociais ou como uma vontade democrática de transformação social.

Monteiro (2019) também cita como a ideologia neoliberal e eurocentrista busca construir a agenda sobre inovação social. O autor propõe, no entanto, que a inovação social tenha uma vertente democratizante, à medida que possa servir “como um instrumento para politizar os espaços que os neoliberais tendem a despolitizar, num desafio à distribuição vertical do poder na sociedade” (Monteiro, 2019, p. 6). Neste caso, a inovação social estaria mais associada a um processo do que a sua finalidade. Em resumo, a intenção do autor é relacionar a compreensão mais funcionalista e utilitarista da inovação social, com sua vertente mais construcionista e processual, para constituí-la como:

Um palco privilegiado, no qual se cruzam intervenções que oscilam entre a orientação para a satisfação de necessidades sociais emergentes pela via dos ganhos em matéria de eficiência e eficácia, igualmente suportados por renovados modelos organizacionais, e visões que concebem a inovação social como uma sequência de “pequenas revoluções” ao serviço de processos capazes de induzirem a transformação social e a redefinição do paradigma societal. Entre lógicas adaptativas e ambições transformadoras, a inovação social aporta riqueza e diversidade à intervenção social, mas também gera acessos (Monteiro, 2019, p. 26–27).

No jornalismo, a novidade, o exclusivo, o novo, sempre foram considerados elementos e critérios de noticiabilidade. Segundo Traquina (2004), os jornalistas por natureza sempre buscam “o que há de novo”, por vezes, com certa ‘ansiedade’ que gera uma ‘miopia’ provocada pelo fator do tempo de fechamento de redações e matérias” (Traquina, 2004, p. 48). Por outro ângulo, a ligação constante do jornalismo com as novidades tecnológicas ou sociais, leva os profissionais dessa área a buscarem sempre estarem atualizados e produzirem o que Fiorini e Carvalho (2022) definem como “jornalismo de inovação”, em especial, ligado a necessidade de enfrentar a efemeridade e a velocidade da navegação em “mídias sociais digitais”, por meio da adaptação de processos de produção e de novas gramáticas, conforme explicam o autor e a autora:

Estratégias de enunciação do jornalismo se transformaram conforme os avanços nas tecnologias de comunicação e informação e mídias digitais, o que desencadeou a midiaticização do jornalismo. Conforme as tecnologias de comunicação vão adentrando as redações, e convergindo as práticas produtivas do fazer jornalismo, os jornalistas iniciam o processo de adaptação de conteúdo e a linguagem das suas narrativas (Fiorini; Carvalho, 2022, p. 5).

Assim como as transformações digitais servem como um impulso para a adaptação de conteúdos e linguagens no jornalismo, do mesmo modo, o direito à informação, garantido por lei, às pessoas com deficiência, deve ser tomado como um incentivo e desafio para a adaptação dos processos de produção jornalística com acessibilidade.

A presente investigação buscou analisar as técnicas e processos comunicacionais acessíveis da TV Cultura associados à inovação social (Bignetti, 2011) como resposta a uma necessidade por acessibilidade no jornalismo. Andrades (2022) destaca a necessidade de modificar os processos produtivos do jornalismo para atingir a inclusão desde a pré-produção. A partir do trabalho da autora sobre inovação no processo de produção jornalística sobre meteorologia com Acessibilidade Comunicativa, percebe-se também que a inclusão de PCDs no jornalismo demanda a “participação e cooperação das pessoas com deficiência sensorial para a sua produção” (Andrades, 2022, p. 46), o que representa por si um desafio e uma urgência por inovações.

Durante o processo de coleta de dados para a realização da pesquisa, realizou entrevista com uma pessoa cega que é consultora de audiodescrição da TV Cultura, que permitiu justamente a integração das pessoas com deficiência no processo de produção da investigação, além de, em conjunto com as demais entrevistas, promover a ciência cidadã, uma vez que, os entrevistados à medida que colaboraram com a pesquisa, tiveram a oportunidade de revisar conceitos e conhecimentos, refletir sobre seu trabalho profissional e ter contato com a produção acadêmica em sua área de atuação.

4. ANTÍTESES DAS TEORIAS E CONCEITOS DA FLORESTA

Este capítulo é dedicado a discutir e apresentar as escolhas feitas durante a pesquisa teórica, bem como os conceitos e teorias que serviram de base para a posterior análise das entrevistas com os jornalistas e profissionais da TV Cultura que atuam na produção do “Boas Práticas Escolares”.

4.1. Um mapa para encontrar a trilha

A perspectiva adotada durante a pesquisa tem como base os estudos culturais, mais precisamente, o pensamento de Martín-Barbero (2006) sobre a relação existente entre cultura, comunicação e política. Em sua obra “Dos Meios às Mediações”, escrita originalmente em 1987 e atualizada progressivamente ao longo dos anos, o autor relaciona a cultura popular com o surgimento da cultura de massa, a partir da transformação nas relações sociais, promovida pelos meios de comunicação e pela tecnologia (Martín-Barbero, 2006).

Durante suas reflexões, o autor (2006) defende uma mudança nos modos de pensar as mídias, o trabalho, a convivência social e a vida, uma vez que, para entender a sociedade é igualmente necessário compreender as intersecções entre o processo de dominação e resistência cultural vivenciado no cotidiano das pessoas e da comunicação. Martín-Barbero (2006) também analisa a forma como, através da televisão, do rádio e da comunicação nos bairros e cidades, as pessoas da América Latina resgatam e ressignificam suas existências e culturas, processo que não ocorre à margem da hegemonia exercida pelo capitalismo, mas que procura “brechas” de resistência através dos movimentos sociais.

Pensar a indústria cultural, a cultura de massa, a partir da hegemonia, implica uma dupla ruptura: com o positivismo tecnocrático, que reduz a comunicação a um problema de meios, e com o etnocentrismo culturalista, que assimila a cultura de massa ao problema da degradação da cultura. Essa dupla ruptura ressitua os problemas no espaço das relações entre práticas culturais e movimentos sociais, isto é, no espaço histórico dos deslocamentos da legitimidade social (Martín-Barbero, 2006, p. 131).

A teoria das mediações propõe romper com a lógica que pensa no capitalismo como aquilo que tudo devora e na possibilidade de existência de uma cultura pura, que passaria sem modificações seja pela história ou pelas transformações da indústria cultural (Martín-Barbero, 2006). Por isso, para compreender os dispositivos de transformação da indústria cultural é preciso considerar o papel simbólico da comunicação de modo a integrar “saberes e sentires, seduções e resistências” (Martín-Barbero, 2006, p. 262). Somente assim, pondera

Martín-Barbero, é possível deslocar os lugares das perguntas e construir uma nova sensibilidade, que valorize o contraditório e as diferenças culturais, seja na hora de dar sentido para um filme, uma reportagem, um diálogo, um comercial e, também, no momento de fazer uma pesquisa (Martín-Barbero, 2006).

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo - os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação - mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processos produtor de significações e não de mera circulação da informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (Martín-Barbero, 2006, p. 289).

Depois, em entrevista concedida para a pesquisadora Maria Immacolata Lopes, publicada na Revista Matrizes, Martín-Barbero (2009) assume uma postura mais cética quanto ao potencial transformador da comunicação, isso se deve, de acordo com ele, à complexidade que o ecossistema cultural atingiu nas últimas décadas, dificultando a definição do que é a tecnologia e mesmo da própria comunicação. A tecnologia não se refere somente às inovações tecnológicas e industriais, também torna-se um âmbito que envolve linguagens e ações, “tanto de dinâmicas sociais, políticas e culturais, quanto de interrogações sobre o que significa o social hoje” (Martín-Barbero, 2009, p. 148), isso porque muito do que as pessoas vivem, sentem e significam sofre interferência/mediação pela configuração da sociedade em rede (Castells, 1999). Para dar conta dessas várias dimensões da comunicação e da cultura, Martín-Barbero (2009) vai defender uma abordagem interdisciplinar para os problemas da realidade, algo que possa conjugar “saberes e sentires”, além de diferentes lógicas e estéticas para dar conta de um cenário de “intermedialidade”, pois segundo ele:

Estamos ante formas mestiças que começam a ser produzidas, formas incoerentes porque rompem a norma atuando transversalmente em todos os meios. Não é uma coisa racional como a intertextualidade que está sob o que foi escrito, que é tudo o que foi lido. É a contaminação entre sonoridades, textualidades, visualidades, as matérias-primas dos gêneros (Martín-Barbero, 2009, p. 154).

É a partir da teoria das mediações que Mata (2006) propõe pensar a Cidadania Comunicativa como a possibilidade dos sujeitos atuarem de modo ativo na sociedade, exercendo e cobrando seus direitos, não só em termos jurídicos, como sociais, econômicos e culturais. A problematização que motiva a autora é entender como cada pessoa/cidadão pode se fazer visível, ou seja, participar no espaço midiático e de representação dos meios de comunicação e produção cultural e simbólica.

La información sobre nosotros mismos y la realidad que hacemos y vivimos y que los medios nos proveen a través de miles de palabras e imágenes no es el único alimento para pensarnos y actuar. Sin embargo, la magnitud que adquieren en nuestras sociedades mediatizadas esas palabras e imágenes, la fuerza que alcanzan en tanto no podemos pensarnos sin ellas – sobre todo sin la relación con ellas que se ha vuelto un modo dominante de relacionarnos con los demás – les confiere un estatuto particular: podemos reconocerlas como regulaciones discursivas que expresan, instauran y reproducen regulaciones sociales (Mata, 2006, p. 8).

O exercício da cidadania comunicativa está diretamente relacionado com o acesso à informações qualificadas e aprofundadas para que os cidadãos, entendidos como sujeitos de necessidades, possam elaborar e cobrar suas demandas e colaborar com as decisões coletivas da sociedade (Mata, 2006).

Desde a primeira edição de “Dos meios às mediações”, Martín-Barbero propôs um mapa noturno para pensar as relações entre cultura, comunicação e política. Esse instrumento permite, na visão de Maria Immacolata Lopes (2018), ampliar a percepção do contexto das mediações. Lopes (2018) faz uma contextualização da evolução e das mudanças feitas por Martín-Barbero no mapa, até chegar na versão mais recente, representada abaixo:

- **Figura 1:**



Quarto Mapa Metodológico das Mediações – 2017

Mutações Culturais e Comunicativas Contemporâneas - 2

Fonte: (Entrevista de JMB a Omar Rincón, 2017 apud Lopes, 2018)

No mapa, os eixos de “temporalidades, sensorialidades, tecnicidades e espacialidades” são os campos em que se baseiam as relações sociais e que as caracterizam na sociedade em rede (Castells, 1999), os quais são mediados pelas “identidades, narrativas, cidadanias e redes”, conceitos que articulam e fornecem pistas para interpretar o contemporâneo. O objetivo do esquema é dar conta das “mutações comunicacionais e culturais do nosso tempo” (Lopes, 2018, p. 59), ou seja, o mapa permite que se estabeleçam conexões rizomáticas,

abertas, com diferentes aspectos da realidade, do uso social das mídias e das percepções/recepção dos conteúdos.

A temporalidade define-se pela forma como a percepção estrutural do tempo pode ser mediada pelas narrativas e identidades (Lopes, 2018), a exemplo do *Instagram*, que mostra memórias de publicações de anos anteriores ou de um telejornal que destaca os acontecimentos do cotidiano, mas não se esgota aí, está também na dificuldade das pessoas de contextualizarem o que acontecem na realidade, “no culto ao presente, no debilitamento da relação histórica com o passado e na confusão dos tempos que nos prende à simultaneidade do atual” (Lopes, 2018, p. 57). Neste caso, pode ser também a dificuldade de um sujeito entender a necessidade histórica de inclusão e a luta das pessoas com deficiência por um direito básico, como o acesso à informação e comunicação (Bonito, 2015), talvez, porque isso não está em alta em uma rede social.

Lopes (2018) também explica o uso da palavra tecnicidade, que acrescenta ao aspecto funcionalista da técnica, as dimensões de linguagem e expressão. “A tecnicidade não é da ordem do instrumento, mas da ordem dos saberes, da constituição de práticas produtoras de inovações discursivas, dos modos de percepção social” (Lopes, 2018, p. 57–58). Além disso, o mapa das mediações mais recente possui um caráter rizomático, o que permite sua adaptação para diferentes objetos e projetos de pesquisa.

Trata-se de um novo mapa rizomático em que essas mediações se tornaram básicas e se despregam podendo ser relacionadas em formas de direções e densidades diferentes. Dependendo do problema de pesquisa, as mediações podem ser mobilizadas e articuladas com identidades, redes, cidadanias e narrativas” (Lopes, 2018 p. 59).

Posteriormente em entrevista ao pesquisador Omar Rincón, Jesús Martín-Barbero define os estudos culturais a partir da relação existente entre a linguagem e a comunicação, defendendo uma metodologia que pense nas questões da economia política e da realidade social desde o hemisfério sul. Segundo o autor, é preciso ver “el lenguaje como tejido donde se comparte el sentido de la vida, y el sentido de la vida que es social y se hace en el lenguaje”⁶ (Rincón, 2019, p. 75). Segundo Martín-Barbero, o caminho para enfrentar o cenário de cultura digital em que as imagens predominam e as identidades são múltiplas está em reconhecer o valor das diversidades, “buscar las diversidades interiores que interpelan y rompen lo nacional y lo latinoamericano. Necesitamos reconocer las diversidades,

⁶ Em tradução livre: “a linguagem como o tecido onde se partilha o sentido da vida, e o sentido da vida que é social e se faz na linguagem”.

estamos necesitados de reconocernos en las diversidades” (Rincón, 2019, p. 80)⁷. Ou seja, entender a dinâmica de recepção de conteúdos jornalísticos passa por considerar as diversidades das pessoas com deficiência e buscar, durante os processos de produção, romper com uma lógica hegemônica de produção jornalística (Bonito, 2015).

4.2. Identificar e retirar as barreiras do caminho

Os estudos culturais, os mapas das mediações e as noções de cidadania comunicativa (Mata, 2006) são a base teórica utilizada por Bonito (2015) para problematizar a forma como as pessoas com deficiência (PcDs) consomem conteúdos jornalísticos na web. Em sua tese, o autor (2015) contextualiza a luta das PcDs por direitos, entre eles, o direito à comunicação e informação, consolidado no Brasil através da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015). “Os grupos, os sujeitos, as culturas, precisam diferenciar-se e exercerem seu direito à comunicação, que está intimamente relacionado ao exercício da cidadania” (Bonito, 2015, p.189). Essa perspectiva defende que a acessibilidade comunicativa seja um dos conceitos base para a produção de conteúdos jornalísticos na web, entendendo esta como um espaço para a potencialização da acessibilidade e cidadania (Bonito, 2015).

Além disso, em trabalho posterior escrito com a pesquisadora Larissa Conceição dos Santos, o autor e a autora apontam a necessidade de construir narrativas midiáticas que considerem a acessibilidade comunicativa desde a pré-produção até sua veiculação/divulgação (Bonito; Santos, 2019, 2020c, 2020a). De acordo com Bonito e Santos (2020), existem meios para se produzir conteúdos com acessibilidade comunicativa, no entanto, as mídias por falta de fiscalização, vontade política e econômica não o fazem, por isso a mudança passa pela conscientização da sociedade acerca da importância desse tema e da mudança de postura dos profissionais de jornalismo.

Para las personas que producen contenido mediático o trabajan con editoras de medios, lo más importante es desarrollar conciencia sobre la importancia de volver los contenidos accesibles. Más allá de eso, es muy importante resaltar que, para producir, incluir y publicar contenidos accesibles no son necesarias grandes inversiones en nuevas tecnologías. La inversión es en materia de recursos humanos, ya que, como se sabe, se trata de un cambio de comportamiento cultural (Bonito; Santos, 2020c, p. 149)⁸.

⁷ Em tradução livre: "procurar as diversidades internas que desafiam e quebram o nacional e o latino-americano. Temos de reconhecer as diversidades; temos de nos reconhecer nas diversidades".

⁸ Em tradução livre: “Para as pessoas que produzem conteúdos midiáticos ou trabalham com editores de meios de comunicação social, o mais importante é desenvolver a consciência da importância de tornar os conteúdos acessíveis. Para além disso, é muito importante salientar que, para produzir, incluir e publicar conteúdos acessíveis, não é necessário investir fortemente em novas tecnologias. O investimento é em recursos humanos, pois, como sabemos, trata-se de uma mudança de comportamento cultural”.

A inclusão do tema da acessibilidade nos cursos de comunicação e jornalismo também é outro ponto para reduzir a deficiência das mídias em atender aos requisitos de acessibilidade previstos em lei. Isso tendo em vista o papel ético e de formação de estudantes capazes de pensar criticamente da universidade, partindo do seu papel de socialização do saber, “capaz de promover a emancipação dos sujeitos no seu fazer e no seu compromisso com o outro” (Piccinin; Negrini; Roos, 2018, p. 317). Em sua análise sobre o papel dos telejornais universitários na promoção da inclusão e acessibilidade, Piccinin, Negrini e Roos (2018) destacam a necessidade de sensibilização dos profissionais de telejornalismo, além do conhecimento e responsabilidade de produzir conteúdos audiovisuais acessíveis.

4.3. As trilhas da ecologia televisiva acessível

De acordo com o “Manual de Telejornalismo”, escrito por Heródoto Barbeiro e Paulo Rodolfo de Lima (2002), a televisão possui um caráter de registro da história e de representação social do cotidiano, como uma espécie de janela para o passado e presente, que funciona predominantemente através de imagens, todavia isso “não quer dizer que a imagem suplanta a reflexão e ação crítica do jornalista” (Barbeiro; Lima, 2002, p. 14). A forma como se utilizam as imagens e as palavras é o ponto chave para a constituição das notícias e reportagens telejornalísticas (Barbeiro; Lima, 2002).

Ainda que a tecnologia e as mudanças por ela causadas afetem diretamente a forma como se produz jornalismo, em especial para a televisão, ela “não pode imprimir o conteúdo e o ritmo das notícias, esta é uma atribuição dos jornalistas” (Barbeiro; Lima, 2002, p.17). A postura dos jornalistas também ganha ênfase ao relacionar a ética e a deontologia da profissão com a acessibilidade comunicativa e a busca por informar e comunicar a todos, tendo em vista que “a aplicação dos princípios éticos valoriza e reforça a pluralidade e a diversidade, porque plural e diversa é a condição humana” (Barbeiro; Lima, 2002, p. 20). Um jornalista, portanto, não pode se negar a reconhecer as diversidades das pessoas com deficiência sob a justificativa de não ser uma obrigação ou responsabilidade sua, seja do ponto de vista legal, observando a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), como deontológico dos princípios éticos do jornalismo (Bonito, 2015).

Em artigo sobre as transformações na forma de produzir telejornalismo no Brasil, Gutmann, Vilas Bôas e Gomes (2019), analisam a forma como a figura do repórter se constitui como testemunha dos acontecimentos, interferindo no modo de construção das narrativas jornalísticas. A partir dos estudos culturais, as autoras buscam entender como as

novas tecnologias são vistas como meios para potencializar um jornalismo mais imersivo, ou seja, mais conectado com a realidade dos sujeitos, sejam jornalistas ou personagens. (Gutmann; Vilas Bôas; Gomes, 2019).

Já a pesquisadora Iluska Coutinho (2019) faz uma reconstituição histórica sobre o Jornal Nacional e sua relação com o público. A autora faz menção ao jornalismo como construção social da realidade a partir de um enquadramento feito nas notícias ou “pela escolha das pautas, no cuidado com a linguagem utilizada, ou ainda por meio da inserção direta de personagens populares em cena” (Coutinho, 2019, p. 4). Deste modo, o telejornalismo constrói representações e assume um caráter pedagógico de orientação dos públicos, além disso “os telejornais acabam por se apresentar como mediação entre a experiência vivida pelo outro, cuja fala aparece na tela e o mundo” (Coutinho, 2019, p. 9). Sendo assim, como ficam as pessoas que não possuem acesso a esse “mundo” construído por meio das telas? Também é preciso dizer que não basta simplesmente mostrar e produzir reportagens sobre ou com pessoas com deficiência, se estas não forem acessíveis a quem, logicamente, poderia se sentir representado pelo conteúdo.

De nada adianta, por exemplo, produzir uma matéria sobre pessoas surdas sem janela de Libras, o que por vezes acontece, pois “a maioria dos materiais audiovisuais não inclui espectadores pessoa com deficiência auditiva entre os públicos-alvo” (Fortunato, 2022, p. 41). O mesmo se aplica para diferentes tipos de diversidades das pessoas e barreiras comunicacionais, como concluem diferentes autores e pesquisas: (Andrades, 2022; Beraldo, 2021; Berni, 2021; Bonito, 2015; Cirne; Belem, 2022; Goerck; Areosa, 2021; Rubira; Negrini, 2020), entre outras.

Em trabalho que analisa as adaptações e mudanças ocasionadas pela pandemia de Covid-19 no telejornalismo, Roos, Belochio e Negrini (2020) concluem que a hipertextualidade e a continuidade da navegação em outras telas são algumas das estratégias possíveis e utilizadas em certos casos para que os telejornais transformem e melhorem suas produções. “A utilização de elementos de remediação e de perspectivas que enfocam rupturas em relação aos modelos consolidados de telejornalismo de referência” (Roberta Roos; Belochio; Negrini, 2020, p. 9). Ainda que o período de emergência de saúde pública por conta da pandemia tenha terminado⁹, tais mudanças e transformações devem continuar e, urge que

⁹ OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>

outras alterações sejam feitas para incluir a acessibilidade comunicativa na lista de rupturas do modelo tradicional de produzir telejornalismo.

Do mesmo modo que não é possível afirmar falta de responsabilidade da parte dos jornalistas com relação à acessibilidade, também não é possível afirmar que não existam documentos e diretrizes que orientam a produção acessível, tais como as elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como na ABNT 15290, e também no Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis, elaborado pelo Ministério da Cultura (Naves *et al.*, 2016), os quais trazem conceitos e explicações sobre como utilizar recursos de legendagem, audiodescrição e janela de Libras.

Assim como as normas da ABNT, o guia foi elaborado por uma equipe de profissionais e professores que atuam na área de acessibilidade, com o apoio e revisão de pessoas com deficiência visual e auditiva. Um esforço que tem como foco uma produção de qualidade, partindo da ideia de que “um recurso de acessibilidade bem empregado faz com que a produção audiovisual chegue às pessoas com deficiência com qualidade e possa ser experienciada com prazer, entretenimento e crítica” (Naves *et al.*, 2016, p.5).

Essas normas, diretrizes e documentos consideram os princípios do Desenho Universal, originalmente pensados pelo arquiteto Ronald Mace (Mace; Hardie; Place, 1991), e trazidos ao Brasil através de iniciativa de Mara Gabrielli com o documento “Desenho Universal: um conceito para todos” (Carletto; Cambiaghi, 2008).

Na apresentação da ABNT 15290, fica evidente a necessidade de considerar tais princípios, “considerando as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem a ajuda de sistema assistivo ou outro que complemente necessidades individuais” (ABNT, 2016, p.1). Em resumo, o Desenho Universal prevê uma série de adaptações que permitam superar barreiras na convivência em sociedade para quaisquer pessoas, incluindo, entaves comunicacionais e de acesso à informação jornalística.

Existem sete princípios que norteiam o Desenho Universal, são eles: igualitário, adaptável, óbvio, conhecido, seguro, sem esforço e abrangente (Carletto; Cambiaghi, 2008). Os quais podem se aplicar a espaços físicos, como parques, escolas e hospitais, bem como a sites, aplicativos e conteúdos telejornalísticos (Beraldo, 2021; Bonito, 2015). A figura abaixo relaciona o papel do desenho universal, em conjunto com tecnologias assistivas como meios para reduzir barreiras para pessoas com deficiência.

Figura 2: Relação entre Tecnologia Assistiva e Desenho Universal para Aprendizagem



Fonte: (Oliveira; Gonçalves; Bracciali, 2021) - adaptado de (Rose *et al.*, 2005)

Embora a figura trate do desenho universal como premissa para a inclusão educacional, o mesmo pode ser feito em relação à comunicação, considerando, por exemplo, os recursos de acessibilidade como audiodescrição, janela de Libras e *closed caption*.

4.4. Para proteger a floresta: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Reduzir desigualdades, barreiras e entraves, independente da situação ou natureza, faz parte dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, os quais compõem um conjunto de compromissos assumidos por diferentes países, entre eles o Brasil, para transformar o planeta em três dimensões: econômica, social e ambiental. A decisão de relacionar a acessibilidade comunicativa com as metas e objetivos da Agenda 2030 tem a ver com a responsabilidade assumida em buscar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e em reduzir desigualdades. Algo que aparece como parte dos elementos chaves no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2016), o qual fornece as diretrizes da agenda e onde os países reconhecem a importância da dignidade humana e de incluir todos os seres humanos nos esforços para construção de um mundo mais sustentável.

Prevedemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada (ONU, 2016, p. 4).

Por meio da plataforma “Nações Unidas Brasil”¹⁰ é possível conferir o avanço e as políticas direcionadas para a implementação de cada um dos 17 ODS. Bernardi Zorzo *et al* (2022) apresentam o contexto das discussões sobre a Agenda 2030, sem deixar de destacar os processos de dominação cultural e econômica dos países mais ricos (norte global), iniciados a partir da revolução industrial/tecnológica e a consequente globalização do consumo, com impactos diretos nas condições de vida e desenvolvimento dos países mais pobres (sul global) (Bernardi Zorzo *et al.*, 2022). A agenda de sustentabilidade possui como elemento chave a frase: “não deixar ninguém para trás”, o que “implica na inclusão e na promoção das populações mais excluídas e vulneráveis, com objetivos de construir sociedades pacíficas e inclusivas” (Bernardi Zorzo *et al.*, 2022, p. 169). Nesta lista de populações historicamente marginalizadas estão também as pessoas com deficiência (PcDs).

Ainda que os compromissos da Agenda 2030 tenham sido assumidos no âmbito dos entes públicos, no caso as nações que a assinaram, instituições privadas e organizações não governamentais também possuem importante papel para que seja possível atingir as metas e objetivos da agenda. Em estudo sobre a diversidade no campo dos estudos organizacionais e da contabilidade, Nascimento, Oliveira e Junior (2022) pontuam que:

a estrutura dos ODS reconhece que a ação governamental por si só não pode atingir suas metas, exigindo assim uma ação concertada entre governos, organizações dos setores público e privado, sociedade civil e cidadãos comuns (Nascimento; Oliveira; Júnior, 2022, p. 1052).

Sobre essa responsabilidade compartilhada e as dificuldades em atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Sabbatine, Machado e Paião (2023) analisam os motivos da lentidão e morosidade na concretização dos ODS no Brasil. A partir de uma visão crítica, os autores relacionam a forma como são discutidas as questões relativas ao desenvolvimento sustentável, circunscritas à nações e empresas privadas, consolidando uma lógica que mantém o poder das instituições e o *status quo* social. “Nesse ponto a Agenda 2030 vem para selar o modo biopoder. O mundo continua sendo dirigido pelo poder privado, que usa o público, que lhe cede poder, em troca de poder” (Sabbatine; Machado; Paião, 2021, p. 423). Segundo os autores, é necessário tomar a sério os princípios de cidadania e direitos humanos,

¹⁰ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

estabelecidos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos para que uma verdadeira transformação na sociedade seja possível.

embora se tenha a dificuldade em efetivar todos os objetivos dessa agenda, ela não pode ser simplesmente desconsiderada, mas elevada a um status de modelo a ser atingido, ainda mais por tutelar tantos direitos humanos previstos na DUDH, como proteção do meio ambiente, da erradicação de problemas sistêmicos governamentais, como a fome, e, sobretudo, por considerar e valorar a dignidade da pessoa humana como um dos pilares para sua efetivação (Sabbatine; Machado; Paião, 2021, p. 428).

A perspectiva de defesa da dignidade humana também se aplica à presente pesquisa, uma vez que, através desta, busca-se compreender os processos pelos quais conteúdos telejornalísticos podem cumprir com a legislação brasileira e atender aos direitos humanos e de dignidade das pessoas com deficiência (PcDs).

Neste caso, o 10º objetivo - Redução das Desigualdades, trata da eliminação de diferenças entre os países e dentro deles, com a finalidade de “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra (ONU, 2016, p. 29). Para isso devem ser criadas políticas e legislações que deem conta de promover a inclusão, no Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), já fornece o embasamento jurídico e cidadão para reduzir barreiras comunicacionais, basta que seja efetivamente cumprida e saia da invisibilidade (Bonito, 2015). Diretamente relacionado a isso está o 16º objetivo - Paz, justiça e instituições eficazes, o qual estabelece que é papel de todas as nações “assegurar o acesso público à informação” (ONU, 2016, p.36), uma vez que, o conhecimento acerca dos direitos é parte essencial do exercício da cidadania pelos sujeitos (Mata, 2006), incluindo as PcDs.

Ainda que indiretamente, transformar e inovar a forma de produzir e consumir conteúdos jornalísticos com acessibilidade comunicativa, relaciona-se com o 12º objetivo - Produção e Consumo Sustentáveis e o 9º objetivo - Indústria, Inovação e Infraestrutura. Do mesmo modo, contribui para outros objetivos, tais como: 4º objetivo - Educação de Qualidade (dado o papel pedagógico que o jornalismo pode assumir e/ou potencializar); 8º objetivo - Trabalho Digno e Crescimento Econômico (a partir da inclusão de profissionais PcDs nas redações e equipes de produção e consultoria).

5. OS FRUTOS RECOLHIDOS PELO CAMINHO

Através deste capítulo o trabalho se debruça sobre o primeiro objetivo específico da pesquisa: “Descrever os recursos técnicos e processos empregados no telejornalismo da TV Cultura voltados à inclusão de pessoas com deficiência”. Para facilitar a descrição e poder comparar os depoimentos das entrevistas coletadas, optou-se pela escolha de um produto telejornalístico como base, o “Boas Práticas Escolares”. A pesquisa, no entanto, não tem como finalidade descrever e analisar o programa em si, como um estudo de caso, mas sim os processos realizados por jornalistas e profissionais de acessibilidade na produção das matérias e reportagens exibidas no programa.

Antes disso, é preciso tratar da criação do Núcleo de Acessibilidade da TV Cultura, batizado de FLICTS como uma homenagem ao escritor, dramaturgo e, também jornalista, Ziraldo Alves Pinto, autor do livro infantil homônimo “FLICTS”, originalmente publicado em 1969, e que apresenta a história de uma cor que não se encaixa em nenhum lugar. Na época da sua criação em 2019, o núcleo contava com 51 integrantes, três estúdios para gravação de Libras, duas cabines de locução para audiodescrição (AD) e outras duas cabines para a produção do *closed caption* (CC) - legenda oculta para surdos e ensurdecidos - além de uma máquina de estenotipia (TV Cultura, 2019)¹¹. Como destaca Silva (2020), o trabalho realizado pela TV Cultura em termos de acessibilidade e seu compromisso com a inclusão, colocam a emissora em posição de vanguarda no telejornalismo público brasileiro.

Figura 3 - Captura de tela da apresentação do FLICTS



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

¹¹ Vídeo de apresentação do Núcleo de Acessibilidade - FLICTS. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=460670861314383>

Dar destaque para a inclusão é também um dos objetivos do “Boas Práticas Escolares”. Criado no início de 2023 através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, o projeto tem como objetivo mostrar iniciativas inovadoras da rede pública de educação do município. A programação é pensada com base em três eixos: cidadania, inclusão e educação. O programa, exibido todos os domingos¹², foi ao ar pela primeira vez em 12 de fevereiro de 2023. Cada edição conta com uma média de 51 a 53 minutos, divididos em três blocos de conteúdo, que possuem audiodescrição (AD), janela de Libras e *closed caption* (CC) em todo o programa.

Como mencionado anteriormente, como parte da metodologia de investigação foram feitas entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) com oito pessoas que atuam na produção das edições do “Boas Práticas Escolares”, sendo: o coordenador de pós-produção do programa; um jornalista (pauteiro e auxiliar de gravação externa), uma intérprete de Libras, uma audiodescritora, uma revisora de AD, uma consultora de AD cega e a supervisora da equipe de acessibilidade do programa. A íntegra da transcrição das entrevistas pode ser conferida em apêndice ao final do trabalho¹³.

Por meio dos diálogos com os profissionais foi possível compreender desde os processos de pré-produção até a pós-produção do programa, sendo as últimas etapas antes da finalização do material realizadas pela equipe do FLICTS. A seguir é feito um resumo da rotina de produção do “Boas Práticas Escolares” que envolve desde o trabalho dos jornalistas na elaboração e gravação das pautas, até a finalização pela equipe de acessibilidade.

Como se trata de um projeto elaborado em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), as sugestões de pautas, ou seja, os projetos das escolas da rede pública a virarem tema das matérias jornalísticas, são enviadas pela secretaria para a equipe da TV Cultura no início de cada semana. A produção é feita tanto por profissionais contratados da própria emissora, quanto por terceirizados e prestadores de serviços.

Os vídeos editados e os roteiros das reportagens do programa, geralmente, chegam aos profissionais do FLICTS na quinta ou sexta-feira, sendo que prévias do material são enviadas entre quarta e quinta-feira. Sendo assim, a equipe de acessibilidade dedica às sexta-feiras à inserção dos recursos de acessibilidade. Além do “Boas Práticas Escolares”, os profissionais também atuam em outros projetos, inclusive, produzindo conteúdos para utilização pela

¹² Todas as edições do “Boas Práticas Escolares” ficam disponíveis no canal do YouTube da TV Cultura, em: https://www.youtube.com/playlist?list=PL0Qz-covvhxTJ7DTnk_nA-JiB4vPILD87

¹³ Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bLYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>

própria SME, e para as TVs Câmara e Univesp. “O Boas Práticas vai junto, não podemos parar a produção, porque tem uma quantidade de entrega, mas sexta-feira focamos no Boas Práticas” (Supervisora de Acessibilidade, 2023 s/p)¹⁴. A realização de mais de uma função por um único profissional revela características da lógica atual de produção em redações e emissoras de televisão. Castells (1999) já identificava os sinais da transformação gerada pelos avanços das tecnologias da informação nas lógicas das cidades e na desagregação do trabalho. Em sua análise, o autor indicava a possibilidade de crescimento do trabalho remoto ou teletrabalho e da lógica de fluxos informacionais, tecnológicos, imagéticos e organizacionais que regulam as relações entre os atores sociais.

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais do tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis, mantidas entre os atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (Castells, 1999, p. 501).

O entendimento acerca do espaço de fluxos traz pistas para entender as mudanças interferem nas redações jornalísticas e que profissionais de comunicação têm de se adequar, ou seja, a necessidade e velocidade crescente de informações faz com que as emissoras de televisão cobrem diferentes habilidades e produções de suas equipes, o que também acontece no caso da TV Cultura.

Primeiramente: em relação ao posicionamento da janela de Libras, a NBR 15290:2005 traz orientações quanto ao recorte do vídeo:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela (ABNT, 2005, p. 9).

Além disso, o contraste entre a janela e a imagem de fundo também deve ser observado. Em períodos longos sem fala a janela pode ser retirada, mas no caso de intervalos curtos é recomendado manter a janela na tela para evitar perdas de informação. Outro elemento importante a ser observado é com relação ao enquadramento do intérprete. “Em hipótese alguma, a gravação deverá ser exibida com cortes das mãos, braços e cabeça do TILS” (Naves *et al.*, 2016, p. 34)”. Apesar dos recursos de acessibilidade serem inseridos apenas na pós-produção, alguns cuidados são tomados em relação à acessibilidade também na produção, o principal deles é com relação ao espaço para a janela de Libras. “Tudo que vou

¹⁴ Por questões éticas os nomes dos entrevistados não serão mencionados, apenas seus cargos/funções na produção do programa “Boas Práticas Escolares” da TV Cultura.

gravar, sempre oriento deixar esse espaço, pensando que vai ter ‘as Libras’. Nada importante que tenha de ser visto, pode aparecer embaixo da Libras” (Coordenador de Pós-produção, 2023 s/p). A mesma preocupação foi mencionada também pelo jornalista que participa das gravações, orientação essa que é aplicada também no posicionamento em entrevistas e passagens feitas pelas repórteres do “Boas Práticas Escolares”.

A captura de tela abaixo mostra como a janela de Libras e a legenda oculta aparecem nas edições do programa.

Figura 3 - Captura de tela: Recursos de acessibilidade no “Boas Práticas Escolares”



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)¹⁵

Já com relação à audiodescrição: o principal elemento a ser comentado é com relação às vinhetas utilizadas no programa, que, conforme orientação padrão da direção do programa, possuem duração mínima de 8 (oito) segundos, considerando o tempo necessário para a audiodescrição. Preocupações que vão ao encontro da acessibilidade comunicativa como concepção desde o início da produção de um conteúdo jornalístico (Bonito, 2015; Bonito; Santos, 2019), o que deveria fazer parte das lógicas de produção de forma cotidiana, natural, em todos os programas e gravações.

¹⁵ Captura de tela de trecho da edição do programa “Boas Práticas Escolares | Cultura indígena nas escolas | 07/05/23”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6plqdOa1NSA&list=PL0Oz-covvhxTJ7DTnk_nA-JiB4vPILD87&index=21&ab_channel=TVCultura

No caso do “Boas Práticas Escolares”, o roteiro a ser lido pela locutora e, posteriormente, acrescentado ao vídeo final passa por, pelo menos, três profissionais, respectivamente: audiodescritora, revisora e consultora. Tudo isso considerando que a audiodescrição:

consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão (ABNT, 2016b).

Ou seja, não basta apenas considerar aspectos técnicos, mas é preciso prestar atenção ao contexto, isso leva às profissionais de AD, principalmente a audiodescritora e revisora a gastarem longos períodos fazendo pesquisas. Do mesmo modo, os ajustes feitos no texto instigam e promovem a troca de experiências e conhecimentos culturais das profissionais videntes com a consultora cega.

Na revisão fazemos esse trabalho mais minucioso - do segundo olhar. Na leitura em voz alta do roteiro, percebemos se aquelas frases vão estar de acordo com as nossas diretrizes, para a narradora fazer uma leitura agradável e encaixar na deixa. Depois da revisão, tudo num único dia, vai para a consultoria, que é uma pessoa com deficiência visual, especialista em audiodescrição, e vai ler o roteiro, acompanhando com o vídeo. A partir das mesmas diretrizes, ela vai identificar se o roteiro está de acordo para a pessoa com deficiência visual entender do que se trata (Revisora de AD, 2023 s/p).

Portanto, estabelece-se uma relação de troca que beneficia as próprias profissionais, que constantemente aperfeiçoam seu trabalho e, principalmente, as pessoas que irão consumir o conteúdo.

Às vezes as meninas (audiodescritoras) acabam colocando uma informação assim: tal pessoa bate palma, mas a gente já escutou o som da palma, não precisa. Um dos primeiros programas tinha uma matéria sobre polo aquático que falava: ‘um estudante pega a bola que boia’, mas gente é polo. Segura a bola, não precisa dizer que ela boia. Então, tem muito esse olhar de entender e pensar junto e eu pego e coloco todos os meus palpites e pitacos e devolvo para a revisora e a gente volta e discute (Consultora de AD, 2023 s/p).

Ainda sobre elementos característicos da AD, Cirne e Belém (2022, p. 42) apontam que “a linguagem deve ser objetiva, sem rebuscamento no português e que estimule a imaginação, em harmonia com a poética e estética do produto”. Essa preocupação aparece também nas falas das entrevistadas, uma vez que o “Boas Práticas Escolares” possui uma linha editorial ligada à educação e voltada para um público geral, portanto, a linguagem busca se adequar a esse padrão.

Por outro lado, o fator que mais interfere no processo de produção é o tempo:

Não costumamos ter muito tempo, quando temos, costumamos assistir o vídeo primeiro e ir voltando. Mas geralmente, a gente assiste o vídeo já montando o roteiro. Então, toda informação visual que aparece na tela, um GC, legenda ou algum gesto que a pessoa faz, uma foto, recorte de vídeo - tudo isso tentamos colocar no roteiro (Audiodescritora, 2023 s/p).

Sendo assim, todo e qualquer intervalo entre as falas das repórteres é crucial para a elaboração de uma audiodescrição mais completa e abrangente. Assim como no jornalismo de modo geral (Traquina, 2004), o cotidiano revela que mesmo em produtos que são feitos com preocupações com a acessibilidade, lidar com o fator tempo é um dilema crucial, com consequências para o produto final. Fator este que também aparece nas conclusões de Beilfuss (2016) ao investigar a acessibilidade comunicativa na práxis cotidiana do Grupo RBS. O elemento do tempo é citado como o principal vilão da rotina jornalística, mesmo em um programa que não vai ao ar todos os dias, como a maioria dos telejornais.

o tempo é uma loucura, é TV, a entrega ideal seria receber o programa na terça, porque aí conseguiríamos fazer o programa com calma, pesquisar, fazer o roteiro, mas dá, isso que a galera trabalha em outros projetos também (Supervisora de Acessibilidade, 2023 s/p).

De acordo com Naves *et al* (2016), recursos de acessibilidade bem empregados permitem a experiência de interagir de modo crítico e prazeroso com as obras audiovisuais, para isso é necessário que os responsáveis pela AD, legenda oculta e Libras sejam “profissionais gabaritados, sensíveis à arte, pois são responsáveis por garantir uma experiência estética aos usuários” (Naves *et al.*, 2016, p. 11). A preocupação com a qualidade das produções, evidenciada nos depoimentos tanto dos profissionais envolvidos diretamente com a inserção dos recursos de acessibilidade, como da supervisora das equipes, são fatores que se alinham com essa sensibilidade e qualificação para trabalhar com recursos de acessibilidade, a despeito de algumas dificuldades que serão elencadas a seguir e também no próximo capítulo.

Outro ponto de destaque do modo como a TV Cultura aborda a produção de conteúdos com acessibilidade comunicativa é a presença de consultores surdos e cegos, seja para auxiliar em questões de audiodescrição, no caso da consultora cega, ou na interpretação da Língua Brasileira de Sinais.

Eu assisto todos os vídeos, anoto algumas palavras-chave, algumas que não tem sinal em Libras, para eu fazer uma adaptação visual da palavra. Gasto em torno de uma hora e meia fazendo esse estudo, depois gasto mais um tempo com a profissional consultora surda que faz esse trabalho de dizer: ‘ficou bom, não ficou bom, acho que assim fica melhor, faz desse outro jeito’. Após todas essas discussões, algumas também culturais que temos com a consultora, porque, por exemplo, quando tem

metáforas: a metáfora da língua portuguesa às vezes não é compreendida em outra língua (Intérprete de Libras, 2023 s/p).

Assim como destaca Fortunato (2022) existem questões particulares da cultura surda que precisam ser consideradas no momento da interpretação de Libras, o que pode ser percebido no depoimento da intérprete que atua no “Boas Práticas Escolares”. Transformar conteúdos que possuem foco no áudio, como reportagens que apresentam sons de instrumentos musicais, também são desafios que aparecem no cotidiano da profissional da TV Cultura. Sobre estes aspectos o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis orienta:

Realizar escolhas lexicais e terminológicas levando em consideração os aspectos culturais e linguísticos da língua-fonte. Sobre a linguagem infantil, faz-se necessário observar o nível linguístico que a língua-fonte usa e respeitar o padrão de uso para a língua-alvo (Naves *et al.*, 2016, p. 36)

Sendo o “Boas Práticas Escolares” um programa voltado para um público amplo, mas que também aborda questões da infância e adolescência, estes cuidados também fazem parte da rotina dos e das intérpretes de Libras da TV Cultura.

Figura 3 - Captura de tela: legenda oculta e janela de Libras no “Boas Práticas Escolares”



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)¹⁶

¹⁶ Captura de tela de trecho do programa “Boas Práticas Escolares | Volta às aulas em uma aldeia | 30/07/23”. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=JLu0swyhTbQ&list=PL0Oz-covvhxTJ7DTnk_nA-JiB4vPILD87&index=9&ab_channel=TVCultura

Na sequência, com relação à produção da legenda oculta para surdos e ensurdecidos - *closed caption* - por se tratar de um recurso tecnicamente mais “simples”, uma vez que não envolve questões de tradução e interpretação para outra língua e, também não sofre do mesmo modo com o fator tempo, as dificuldades são menores. Nesse ponto, segundo a jornalista que produz legendas ocultas para os programas da TV Cultura, incluindo o “Boas Práticas Escolares”, a transcrição de sons e as variações culturais com a cultura surda acabam se tornando os aspectos mais desafiadores do cotidiano da profissão, o que reforça novamente a necessidade da presença de pessoas com deficiência nos processos de produção (Andrades, 2022).

Transcrição de sons, em primeiro lugar, é o mais desafiador e, em segundo, essa pesquisa de palavras que não estão no nosso cotidiano e tentamos transcrever da melhor forma. Às vezes quando não sabemos como descrever algum som, por exemplo: tivemos um programa que falava sobre religiões e diversas vezes mostrava as orações, mas aí não é como um “pai nosso”, que é falado. Lá na TV temos consultoras surdas e às vezes recorremos a ela, de como podemos descrever esse som (Legendadora, 2023 s/p).

O cuidado no momento de produção dos roteiros jornalísticos e o seu compartilhamento com a equipe de acessibilidade, foram citados pelas profissionais dos três recursos de acessibilidade: AD, CC e Libras, como elemento que colabora para a execução de seu trabalho, seja por proporcionar material de pesquisas e contextos, como para escrever os seus próprios roteiros de audiodescrição, interpretação e legendagem. Do mesmo modo, quanto o roteiro não é disponibilizado ou está incompleto, isso gera contratempos e dificuldades extras para a inserção dos recursos de acessibilidade.

Após descrever os recursos e os processos realizados pelos profissionais do FLICTS que atuam no “Boas Práticas Escolares”, o próximo capítulo está dedicado para aprofundar a discussão sobre a acessibilidade comunicativa no programa, por meio de análises sobre o modo como ela é praticada, seja pela equipe do Núcleo de Acessibilidade e também pelos jornalistas da TV Cultura.

6. OS SENTIDOS DOS RUÍDOS DA FLORESTA

Neste capítulo, busca-se dar sequência às relações entre as teorias e bibliografias utilizadas como referência em acessibilidade comunicativa no telejornalismo brasileiro, com os materiais/frutos coletados por meio das entrevistas com os profissionais da TV Cultura envolvidos na produção do programa “Boas Práticas Escolares”. Deste modo, ao longo das próximas páginas, o foco será em atender ao segundo e terceiro objetivos específicos da pesquisa: “analisar a Acessibilidade Comunicativa como parte dos processos jornalísticos do Boas Práticas Escolares” e “refletir sobre a inclusão de processos inovadores com acessibilidade comunicativa no telejornalismo”.

6.1. O bom fruto da floresta: “Boas Práticas Escolares”

Tanto por ser produzido por uma emissora pública, como por estar vinculado à Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, o “Boas Práticas Escolares”, não poderia deixar de ter preocupações com a acessibilidade comunicativa, uma vez que a inclusão e cidadania também estão presentes na linha editorial e em diversas pautas do programa.

Embora a equipe de telejornalismo não seja composta de modo integral por profissionais da emissora, o que poderia facilitar a produção com acessibilidade, segundo os membros do FLICTS, existe uma preocupação latente em entender o papel da acessibilidade no jornalismo em prol da Cidadania Comunicativa (Mata, 2006). De acordo com a autora, a comunicação é um elemento chave para que os sujeitos se entendam como cidadãos e se tornem visíveis diante dos meios de comunicação hegemônicos, participando dos âmbitos de disputa de poder. Ainda que posicionados dentro de uma emissora que pertence ao aparato de governo, o movimento de aprimoração e os cuidados com as necessidades das pessoas com deficiência demonstrados pela equipe da TV Cultura, é o que relaciona o trabalho realizado no “Boas Práticas Escolares” com a qualificação da informação e a sensibilidade social que precisam estar presentes no modo de produção do jornalismo, para que mesmo de um lugar hegemônico, o jornalismo e os jornalistas possam transformar realidades em prol da cidadania e da ampliação de direitos (Mata, 2006).

Na visão de Martín-Barbero (2006), é justamente nas “brechas” que rompem lógicas estabelecidas de formas e sentidos, que se produzem as mediações e resistências culturais. Deste modo, ao escolher como objeto de pesquisa, os processos de comunicação acessíveis

dos profissionais da TV Cultura na produção do “Boas Práticas Escolares”, busca-se não somente analisar a formalidade e os ritos de produção técnica do programa, mas através da teoria das mediações, defendida por Lopes (2018) como uma teoria para pensar a própria comunicação, perceber em que medida a tecnicidade impacta na sensorialidade e, conseqüentemente, na cidadania e nas construções coletiva das identidades das pessoas com deficiência no telejornalismo, pensando nelas não somente como personagens de reportagens, mas sujeitos de direitos (Bonito, 2015; Mata, 2006). Ainda que o foco das análises esteja nas rotinas de produção e na tecnicidade, dada a natureza da pesquisa sobre o telejornalismo da TV Cultura, outros eixos e mediações da teoria barberiana da comunicação também aparecem e são considerados em diferentes momentos das reflexões sobre os processos acessíveis dos profissionais do “Boas Práticas Escolares”, uma vez que a própria cartografia idealizada por Martín-Barbero para pensar nas relações entre comunicação, política e cultura, possui caráter rizomático e interdisciplinar.

A cartografia diz respeito a um método estratégico-rizomático. A historicização das mediações dentro da teoria barberiana da comunicação leva a tomar distância das certezas metafísicas e do racionalismo positivista para propor categorias possivelmente transitórias para dar conta de uma realidade mutável e suscetível de intervenção (Lopes, 2018, p. 60).

O foco na tecnicidade também considera que esta “não é da ordem do instrumento, mas da ordem dos saberes, da constituição de práticas produtoras de inovações discursivas, dos modos de percepção social” (Lopes, 2018, p. 57–58). Ou seja, importa também compreender e analisar o modo como cada entrevistada e entrevistado entende a acessibilidade e o seu papel como jornalista em prol de sua ampliação. Daí advém uma das justificativas para o uso das mediações para analisar as rotinas e processos do telejornalismo acessível, porque não considera apenas a formalidade da técnica - o modo de gravar, narrar ou editar - mas os confrontos/mediações que os contextos sociais, políticos e econômicos exercem sobre a atividade profissional dos jornalistas, seja na conformidade com os processos hegemônicos ou na resistência cultural e comunicativa para mudá-los (Martín-Barbero, 2006). Justamente neste ponto, igualmente interessa analisar se efetivamente os processos cumprem com os aspectos de solução de problemas sociais e a transformação de relações, que compõem a inovação social (Monteiro, 2019).

A sensibilidade social, interpretada aqui como a preocupação com a acessibilidade, apareceu nos depoimentos, apesar do desconhecimento técnico sobre muitos aspectos do tema por parte da equipe de telejornalismo da TV cultura, o que foi confirmado pelo jornalista/pauteiro e pelo coordenador de pós-produção. Ambos os profissionais trabalharam

anteriormente em outras emissoras nacionais, porém o tema da acessibilidade nunca lhes foi mencionado, que dirá cobrado em suas produções. De acordo com Cirne e Belém (2022), a falta de compromisso e o desconhecimento pelos profissionais para com os recursos de acessibilidade atualmente disponíveis, são os principais entraves para que as emissoras cumpram o que dizem as normas de acessibilidade e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). No caso da TV Cultura, como as próprias autoras reconhecem e, assim como mostra a pesquisa sobre o Jornal da Cultura, de Silva (2020), existe uma preocupação e uma tentativa de ampliar o conhecimento em torno do tema. Quanto a esse elemento, observou-se que o desconhecimento técnico sobre aspectos relacionados à Libras e audiodescrição não tem a ver com a falta de compromisso ético e social dos profissionais, inclusive, o jornalista/pauteiro mencionou o seu interesse em aprender Libras através dos cursos oferecidos pela TV Cultura.

Acho que os veículos deveriam ter esse compromisso, porque eles têm uma concessão pública que atende todo o universo. Esse público (com deficiência) também é deles. A TV Cultura é estatal e cumpre com a obrigação dela e existe uma preocupação com isso, acho que mesmo se não fosse pública, teria, porque vejo isso. Por que as grandes emissoras do país não atendem esse público que é delas também? Esse público consome também, essas pessoas também têm direito de assistir e saber as informações (Jornalista/Pauteiro, 2023 s/p).

O direito de assistir e de ter acesso às informações é o que leva à Cidadania Comunicativa (Mata, 2006) e o que desperta o papel cultural e político da comunicação como mediadora das relações em sociedade (Martín-Barbero). Portanto, é essencial:

repensar os processos e práticas comunicacionais a partir da acessibilidade desde sua concepção, ou seja, observar o emprego da linguagem, a produção de conteúdos e, logo, a construção de narrativas que possam ser apreendidas e compreendidas por toda e qualquer pessoa, sem distinção ou barreira comunicativa (Bonito; Santos, 2019, p. 6).

A presença de profissionais do FLICTS e/ou uma melhor capacitação das equipes de telejornalismo para entender essa transformação em todos os momentos da produção foram pontos relevantes nas entrevistas. No entanto, ambos os profissionais ligados ao telejornalismo citam a acessibilidade como se fosse algo recente, novo, o que confirma a conclusão de Bonito (2015) sobre a invisibilização das leis brasileiras referentes ao tema. Apesar deste e de outros problemas e questões a serem trabalhados e postos em crise no telejornalismo da TV Cultura - muito menores em comparação com as demais emissoras brasileiras que patinam em cumprir normas de acessibilidade, vide os levantamentos de Cirne e Belém (2022) e de Goerck e Areosa (2021) - é possível tratar o “Boas Práticas Escolares” como um exemplo de destaque em termos de processos jornalísticos acessíveis, sejam pelos cuidados com o espaço para a janela de Libras, ou pelo cuidado com o tempo para as vinhetas.

Acerca das vinhetas, há contido que se considerar terem sido necessárias várias reclamações da equipe do FLICTS para a efetivação das mudanças:

Uma questão que aconteceu várias vezes - estamos com o projeto desde fevereiro - nos vídeos da SME, eles colocavam uma vinheta com menos de 4 segundos e temos toda a informação da vinheta para colocar: cor, desenhos, informações escritas e em 4 segundos. Não dá tempo. Então, eles combinaram de colocar 8 segundos de vinheta: e aí falamos ok, cortamos algo e fazemos caber. Mas todo mês parecia que esqueciam e mandavam a vinheta com 4 segundos (Audiodescritora, 2023 s/p).

A partir do momento que essas reivindicações partem dos profissionais de acessibilidade e surtem efeito, ou seja, geram mudanças no modo como trabalha a equipe de produção, pode-se considerar que o processo de comunicação/mediação foi bem sucedido em romper com as lógicas hegemônicas de produção (Martín-Barbero, 2006) e em inserir o olhar para a diversidade do outro nas rotinas de produção jornalística (Scoralick, 2017). Do mesmo modo, esse movimento de troca que agrega múltiplos contextos e saberes para superar exclusões, vai ao encontro do pensamento transmetodológico de Maldonado (2015), uma vez que o autor defende que a transmetodologia pressupõe pensar na diversidade como aspecto enriquecedor da investigação científica e, também da cidadania comunicativa, a qual por sua vez:

implica educar nos meios e com os meios para a mudança; exige superar o instrumentalismo e o funcionalismo, tornando a prática comunicacional um exercício de reflexão criativa, uma força de produção política subversora que potencialize e configure culturas de fraternidade, poesia, fruição estética, afeto, trabalho inventivo, contradição produtiva e multiculturalidade democrática (Maldonado, 2015, p. 723).

Isso está presente no modo de produção do “Boas Práticas Escolares” e se confirma, porque pensar na acessibilidade e em fazer um programa acessível desde a pré-produção foram atitudes citadas por todas as profissionais do FLICTS entrevistadas, ao serem questionadas sobre o que poderia colaborar com o seu trabalho de produzir a AD, janela de Libras e legenda oculta para surdos e ensurdecidos. Sendo assim, é nítido o desejo das profissionais em fomentar essa produção política subversiva que promova a Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015). A seguir, é possível constatar esse elemento de análise em outro trecho de depoimento da revisora dos roteiros de audiodescrição do programa.

Seria importante que os roteiros levassem em conta que tem alguém lá na frente que vai precisar saber do que aquela imagem se trata. Às vezes são imagens que não tem um enquadramento legal e você não consegue ver nem para fazer uma pesquisa. Então, precisam tomar cuidado com o enquadramento, se possível colocar no roteiro do que se trata aquela imagem (Revisora de AD, 2023 s/p).

Os movimentos de troca entre as equipes da TV Cultura em busca do aperfeiçoamento dos processos telejornalísticos, também podem ser percebidos como inovação social, à

medida que esta é um palco para intervenções e adaptações nos modelos organizacionais (Monteiro, 2019). Ainda que não se trate de um conteúdo efêmero e produzido para as mídias sociais, a alteração em processos para se adequar a realidade dos públicos, configura uma prática de jornalismo de inovação, se entendermos este a partir do momento em que “os jornalistas iniciam o processo de adaptação de conteúdo e a linguagem das suas narrativas” (Fiorini; Carvalho, 2022, p. 7), neste caso, uma adaptação nas narrativas com base na Acessibilidade Comunicativa (Bonito; Santos, 2020b).

Ainda com relação à produção audiovisual com acessibilidade, a formação ou a simples introdução aos conceitos de audiodescrição, *closed caption* (CC) e janela de Libras em cursos de graduação de jornalismo e comunicação social - são outros elementos que facilitariam a integração e o entendimento por parte dos jornalistas do que é necessário fazer para produzir com acessibilidade. O que vai ao encontro de uma demanda cobrada por pesquisadores do tema, principalmente no sentido cultural, do modo como os profissionais encaram a acessibilidade (Bonito; Santos, 2019, 2020c; Piccinin; Negrini; Roos, 2018; Roos, 2011).

a partir del cambio de postura de los profesionales de la comunicación y de la cultura de las personas en sus canales privados en las redes sociales, sean adoptadas las mismas prácticas hasta que el lenguaje accesible pase a ser naturalizado en los diversos medios por “ósmosis” cultural (Bonito; Santos, 2020c, p. 149).¹⁷

É impossível dissociar a acessibilidade comunicativa de aspectos como a sensibilidade com o outro, uma vez que o conceito tem ligação com a Cidadania Comunicativa (Mata, 2006). Desse modo, ganha destaque a forma como as pessoas que trabalham no FLICTS buscam alcançar e possibilitar o acesso aos conteúdos do melhor modo possível, independente das diversidades de cada pessoa. Este cuidado é visível, por exemplo, no modo como se busca criar a familiaridade das pessoas cegas com as repórteres:

Tentamos usar alguns padrões, por exemplo, as duas repórteres que aparecem: a Débora e a Naiara, temos algumas ADs fixas que usamos em todos os programas: a Débora é sempre a repórter branca e loira, a Naiara é sempre a repórter negra de cabelo cacheado. A gente não fica mudando também para criar uma familiaridade para a pessoa com deficiência visual que está assistindo (Audiodescritora, 2023 s/p).

Embora essa sensibilidade estética pareça não ter tanta relação com os processos ou mesmo com a tecnicidade que se busca analisar no cotidiano de produção do telejornalismo da TV Cultura, revela uma dimensão outra da mediação cultural e da forma como identidades e sensorialidade se relacionam com a comunicação. O modo como as profissionais tomaram a

¹⁷ Em tradução livre: “a partir da mudança de posição dos profissionais da comunicação e da cultura das pessoas nos seus canais privados nas redes sociais, as mesmas práticas devem ser adotadas até que a linguagem acessível se naturalize nos vários meios de comunicação por ‘osmose’ cultural”.

decisão de padronizar a descrição das repórter tem a ver, obviamente, com saber sentir aquilo que pode funcionar melhor e “todo o saber que passa pela expressividade em todas as suas modalidades, tanto artísticas como a criatividade que existe no saber sentir” (Martín-Barbero, 2009, p. 157), é também um meio para transformar o ecossistema cultural e a realidade comunicativa. Sem esquecer também que essa decisão passa pela consultora de audiodescrição cega, o que reforça a participação ativa e, conseqüentemente política/cidadã das pessoas com deficiência nos processos (Andrades, 2022).

Essa padronização nas descrições das repórteres, em conjunto com a contextualização de situações e elementos culturais para as pessoas cegas, também reforça a busca pela construção de narrativas acessíveis. Sobre isso, Bonito e Santos (2020, p. 113), destacam que “as linguagens acessíveis são elementos essenciais das narrativas e discursos que compõem as produções comunicacionais de todos os âmbitos”. Ou seja, não se trata apenas de inserir recursos de acessibilidade, mas de fato construir conteúdos, processos e discursos acessíveis.

Um dos entraves à implementação desses processos acessíveis, já abordado anteriormente, mas aqui retomado, é a percepção de que a maioria das pessoas que trabalha com audiovisual no Brasil desconhece do que se trata o recursos de acessibilidade, o que foi mencionado pelas profissionais do “Boas Práticas Escolares”. Em prol de uma transformação dessa realidade, a criação do Núcleo de Acessibilidade foi um diferencial no caso da TV Cultura:

A partir do momento em que se instalou o Núcleo FLICTS, eles (jornalistas) começaram a entender, perceberam que tinha algo diferente rolando e para que servia. Em alguns momentos, alguns apresentadores, descobrindo o que é audiodescrição, fazem a própria AD em programas. A partir do que conhecem, começaram a encaixar algo nos programas (Revisora de AD, 2023 s/p).

Ações como estas dos apresentadores, reforçam as conclusões de Beraldo (2021) sobre a necessidade de romper barreiras atitudinais na produção de conteúdos jornalísticos e entender as pessoas com deficiência como parte do seu público consumidor, ou seja, é preciso interesse tanto dos jornalistas como das emissoras em conhecer o que é a acessibilidade e implementá-la. Passa por entender também a natureza da comunicação e dos telejornais na sociedade, “seu caráter de processos produtor de significações e não de mera circulação da informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem” (Martín-Barbero, 2006, p. 289). Portanto, não basta apenas inserir a audiodescrição e a janela de Libras como uma obrigação e uma determinação legal, mas como efetivamente um exercício de mediação que leva à Cidadania Comunicativa (Mata, 2006).

Aprender no processo fez parte também da experiência de forma ampla para os entrevistados, tanto os jornalistas como os profissionais do FLICTS. Como o “Boas Práticas Escolares” foi criado no início de 2023, as equipes precisaram de um tempo para se adaptar umas com as outras, em especial, os jornalistas com a necessidade de se preocuparem com a acessibilidade.

Hoje é trabalhoso, mas não tanto como foi no início. Todo mundo foi pegando a mão de como o programa funciona, das nossas expectativa como audiodescritoras, e eu falo audiodescritoras, porque somos só mulheres (Consultora de AD, 2023 s/p).

A necessidade de adaptação não é algo negativo, tampouco uma realidade exclusiva da TV Cultura. Em análise sobre experiências com acessibilidade no telejornalismo universitário, Piccinin, Negrini e Roos (2018), descrevem o trabalho inicial de sensibilização para que profissionais experientes passem a ver os telejornais como espaços para promoção e inclusão dos públicos para exercício da cidadania. Segundo Martín-Barbero (2006), ao analisar e produzir um conteúdo televisivo, é preciso buscar compreender quais imaginários e sentidos são ativados pela cultura em que assiste. De nada valeria o “Boas Práticas Escolares” possuir em sua linha editorial a inclusão e ter projetos sobre o tema como pauta, se isso não fosse acompanhado de uma preocupação com buscar o conhecimento e auxílio da equipe do FLICTS e a sensibilização social tão necessária a tecnicidade nos processos telejornalísticos.

“Que o modelo hegemônico da televisão ‘odeia as diferenças’ é algo que não precisava de muita demonstração” (Martín-Barbero, 2006, p. 319). No entanto, segundo o autor, existem brechas que deixam contradições escaparem e que rompem com a lógica simbólica hegemônica. São nestas brechas que trabalham os jornalistas e profissionais de acessibilidade responsáveis pelo “Boas Práticas Escolares” e, através delas, é que se poder ensinar uma mudança que vai desde a formação e passa pela cultura de pensar na acessibilidade, não somente como uma obrigação, mas uma questão de fato de cidadania comunicativa (Mata, 2006) e de direitos humanos. Uma ruptura em velhos hábitos e processos jornalísticos ainda praticados na maioria das emissoras que desconsideram as diversidades dos públicos. Contudo, a presente análise dos processos telejornalísticos acessíveis da TV Cultura revela um desenho de mudança visível já existente e de onde é possível seguir.

6.2. Ruptura e continuidade nos processos de produção acessíveis

Anteriormente, mencionou-se que o modelo hegemônico da televisão não tem interesse nas diversidades das pessoas, no entanto, como revelam as pesquisas de Beraldo

(2021), Berni (2021) e Campanhã (2020), sites na web e mídias sociais digitais tampouco possuem preocupação com os direitos das pessoas com deficiência. Segundo o relatório: “Desigualdades informativas: entendendo os caminhos informativos dos brasileiros na internet” (Santos *et al.*, 2023)¹⁸, as chamadas redes sociais são usadas como fontes de informação por 94% dos brasileiros e brasileiras. Por outro lado, os veículos de mídia tradicional estão entre os mais consumidos nessas redes. Ainda de acordo com a pesquisa, a televisão é utilizada por 80% das pessoas, quando a questão é buscar informações. Ou seja, ainda que as transformações da internet e das novas formas de consumir conteúdos tenham sofrido diferentes alterações as grandes emissoras continuam como importantes mediadoras da cultura e política na América Latina (Martín-Barbero, 2006), daí a necessidade de pôr em crise e questionar os processos de produção das informações, como a presente pesquisa faz com o “Boas Práticas Escolares” e a TV Cultura.

De acordo com Martín-Barbero (2006), analisar os meios de comunicação pela cultura não implica em adicionar um novo tema ao debate, mas sim em localizar o espaço onde as práticas de comunicação adquirem sentido. “O campo daquilo que denominamos *mediações* é constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida em comunidade” (Martín-Barbero, 2006, p. 265). Neste caso, os dispositivos podem ser entendidos como a cultura, a política e a comunicação, os quais são naturalmente atravessados por contextos sociais e econômicos. Se no ítem anterior, o foco das análises e reflexões esteve na tecnicidade, aqui desloca-se esse olhar para os contextos culturais mediadores das relações entre os profissionais da TV Cultura e a acessibilidade. Ou seja, o que se busca compreender é como a história de vida e o modo como cada entrevistada e entrevistado teve ou não contato com a acessibilidade, gera efeitos na dinâmica de produção do “Boas Práticas Escolares”.

Em todas as entrevistas, além de uma apresentação da pessoa, foram feitos questionamentos sobre quando e como a pessoa/profissional teve contato com a acessibilidade. É sobre as respostas a essas perguntas que a análise vai se debruçar a partir de agora.

Em relação à roteirista de audiodescrição, trata-se de uma profissional formada em Letras e que ingressou como estagiária na TV. Foi através da emissora que ela conheceu a

¹⁸ Disponível em:

https://alafialab.org/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio-desigualdades-informativas-Alafiala-2023_compressed.pdf

audiodescrição, embora já tivesse tido contato com o conceito de acessibilidade por possuir uma amiga com deficiência. Sobre o trabalho que realiza, ela comenta:

As pessoas conhecem mais Libras, porque é um recurso visível, é imagem e a audiodescrição não. A gente também tem essa função, além de levar a inclusão, de mostrar para as pessoas que inclusão não é só Libras, que tem outros tipos de acessibilidade e todas são importantes (Audiodescritora, 2023 s/p).

Ou seja, a partir da vivência anterior ao ingresso na TV Cultura, o entendimento sobre o papel da audiodescrição foi natural para a profissional, o que a levou a buscar transmitir isso para outras pessoas, como relata tentar fazer com os seus pais e em locais como restaurantes:

Quando eu vou nos lugares - restaurante, hotel ou qualquer comércio - e a pessoa vem com aquela maquininha digital, com tela *touch*, eu falo: e a maquininha acessível você tem? E as pessoas me perguntam o que é. Alguns lugares têm uma, outros não tem e aí explico que tem de ter ao menos uma, porque se vem uma pessoa com deficiência visual não tem como atender ela na hora do pagamento (Audiodescritora, 2023 s/p).

Segundo Martín-Barbero (2006), através das relações cotidianas, em comunidades, as pessoas constroem um “a gente”, isto é, um sentido coletivo de identificação com os outros, algo que na visão de Scoralick (2017), pode ser entendido como alteridade, que é entender as necessidades e diferenças do outro e cobrar por mudanças na sociedade, como é o caso da audiodescritora da TV Cultura.

No caso da jornalista que atua como revisora de audiodescrição, o contato com a acessibilidade se deu durante a graduação através de um estágio na área. Na época, conta ela, os professores e colegas não entendiam com o que ela trabalhava. A partir da identificação da necessidade de se aprofundar no assunto, a profissional fez uma pós-graduação em audiodescrição. Atualmente, ela relata que: “as pessoas me procuram para entender o que é audiodescrição e como faz isso. Acho que a gente está caminhando para cada vez mais falar disso, principalmente na comunicação” (Revisora de AD, 2023 s/p). Depoimentos como este ajudam a dar ênfase ao que Bonito e Santos (2020c) afirmam sobre os desafios para implementar a Acessibilidade Comunicativa dependerem mais dos recursos humanos, do que de investimentos financeiros em tecnologias.

Já com relação à consultora de AD, por se tratar de uma pessoa cega, sua relação com a acessibilidade é ainda maior. A profissional entrevistada, também formada em Letras e com mestrado na área, foi a primeira consultora com deficiência visual do FLICTS. O potencial da Acessibilidade Comunicativa como alavanca da cidadania e do entendimento das pessoas como sujeitos de direitos (Mata, 2006), aparece de forma evidente no trecho da entrevista transcrito abaixo:

Nem vou falar que é o melhor dos mundos, porque não estamos falando de favor, mas de cumprimento de lei, de garantia de direitos e muitas vezes a ficha da pessoa com deficiência demora a cair. Demora para a gente entender como a falta de informação fica pelo caminho e é em tudo. Uma pessoa cega anda pela rua e perde a promoção, porque ela não vê a vitrine, para falar do básico. O Boas Práticas Escolares, para falar do teor, está ali para mostrar que tem coisas boas acontecendo nas escolas, claro que tem um monte de problemas, mas tem vidas sendo transformadas. Acho que tudo isso é inspirador, colocar a AD, trazer pautas como o antiracismo, a inclusão, projetos que estão no meio das periferias, é importante, temos que dar visibilidade para tudo isso que está tão invisível na nossa sociedade. Acho que é um programa que com a acessibilidade potencializa essa iluminação de coisas que estão apagadas, marginalizadas e esquecidas (Consultora de AD, 2023 s/p).

Portanto, visibilizar as diversidades e direitos das pessoas com deficiência é essencial para transformar processos hegemônicos do jornalismo (Bonito, 2015). Conforme Mata (2006) explica, a cidadania está cercada por conjunturas sociais, políticas e econômicas, por isso não é uma condição natural,

sino una condición y práctica resultante de órdenes sociales conflictivos e históricamente situados, el trabajo con la noción de ciudadanía comunicativa implica, por un lado, reconocer la existencia de actores en pugna: quienes tratan de obtener, usufructuar y ampliar derechos, quienes tienen el poder legítimo y/o legal de concederlos y quienes obstaculizan, pervierten o restringen tales derechos (Mata, 2006, p. 14).¹⁹

Ao criar um núcleo de acessibilidade e buscar atender à Lei Brasileira de Inclusão (LBI), a TV Cultura se posiciona como um ator social que colabora para a ampliação de direitos. Do mesmo modo, cada profissional que atua no FLICTS também passa a exercer esse mesmo papel.

O contato prévio com a acessibilidade também fez a diferença para a supervisora das equipes do “Boas Práticas Escolares”. Formada em jornalismo, com pós-graduação em tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a profissional trabalhou por 10 anos como intérprete, mas seu primeiro contato com a Libras foi no meio religioso: na convivência com outros surdos que frequentavam a mesma igreja na sua adolescência. Questionada sobre o que a acessibilidade significa, a profissional afirma ser algo tão importante como a própria comunicação.

As pessoas têm preconceitos com as pessoas surdas - que é com quem eu mais lido - dizem que são muito muito agitados, acham que tem um atraso, mas imagina uma pessoa que nasce em uma família de ouvintes e não tem como se comunicar dentro da sua própria casa? A comunicação é elementar e muito importante, assim é com a acessibilidade, que deve ser para todos (Supervisora de Acessibilidade, 2023 s/p).

¹⁹ Em tradução livre: “Mas como condição e prática resultantes de ordens sociais conflitantes e historicamente situadas, trabalhar com a noção de cidadania comunicativa implica, por um lado, reconhecer a existência de atores concorrentes: aqueles que buscam obter, usufruir e ampliar direitos, aqueles que têm o poder legítimo e/ou legal para concedê-los e aqueles que obstruem, pervertem ou restringem esses direitos”.

Na visão de Martín-Barbero (2006), a família é o primeiro âmbito de mediação das pessoas, seguida da comunidade onde se vive, âmbitos estes que atuam como construtores de sentidos e identidades e que, como mostra o exemplo da supervisora, impactam pela via cultural, na visão política sobre a acessibilidade e no trabalho com comunicação acessível. Do mesmo modo, reconhecer a condição das pessoas na sociedade midiaticizada é essencial para pensar na Cidadania Comunicativa (Mata, 2006). Reconhecimento este que aparece nos depoimentos das profissionais do FLICTS e que produz efeitos nos processos e nas rotinas de produção, ou seja, mediações de cidadania e identidades, geram resultados diretos nas mediações de redes e narrativas e, conseqüentemente na tecnicidade que fundamenta as produções (Lopes, 2018).

Todos se fazem e refazem na trama simbólica das interpelações, dos reconhecimentos. Todo sujeito está sujeito a outro e é ao mesmo tempo sujeito para alguém. É a dimensão viva da sociabilidade atravessando e sustentando a dimensão institucional, a do 'pacto social' (Martín-Barbero, 2006, p. 306).

A sociabilidade de cada profissional e as interações ou não com as questões que envolvem as pessoas com deficiência, é o que permite as reflexões em torno do papel das mediações para os processos acessíveis do telejornalismo da TV Cultura.

Com relação à profissional que trabalha com a legenda oculta para surdos e ensurdecidos, o *closed caption*, percebeu-se que o contato com a acessibilidade leva ao entendimento de que “as pessoas têm direito, independente se tem uma deficiência ou não, de conhecer, usufruir e ter contato com os conteúdos da TV” (Legendadora, 2023 s/p). Neste caso, também se trata de uma jornalista que trabalha há 5 anos na TV Cultura.

A diferença de contextos de interação com a acessibilidade e as pessoas com deficiência aparece de modo mais nítido entre a intérprete de Libras e os profissionais da equipe de telejornalismo - um deles, o jornalista/pauteiro, começou a trabalhar no telejornalismo em 2014 em outras emissoras e, somente em 2023, ingressou na TV Cultura, justamente para atuar no “Boas Práticas Escolares”. Durante a entrevista, ele revelou um momento de sua trajetória em que teve de conversar com pessoas surdas:

viajei para a Amazônia para fazer matéria sobre trabalho escravo infantil e tinham pessoas com deficiência, surdos e havia uma dificuldade. Eles desenvolveram as Libras por si e para mim, enquanto jornalista, entrevistar era bem difícil, precisava de um intérprete que intermediasse. É difícil, porque você não consegue dar 'voz', oportunidade, da pessoa manifestar o que ela quer dizer. Eu sentia essa necessidade (Jornalista/Pauteiro, 2023 s/p).

Talvez pior que a dificuldade em dar “voz” à personagens com deficiência nas reportagens, seja o fato de que, sem Acessibilidade Comunicativa na produção (Bonito, 2015), essas pessoas não possuem acesso à grande parte das matérias telejornalísticas.

Do mesmo modo, o coordenador de pós-produção do “Boas Práticas Escolares” é um jornalista com larga experiência em uma das principais emissoras de televisão do país, mesmo assim, a questão da acessibilidade é vista por ele como algo novo. O que revela a importância das mediações culturais - ter contato com o tema - e da comunicação, para que a acessibilidade seja reconhecida pelos profissionais que têm a capacidade e conhecem os meandros institucionais e políticos para implementá-la nas emissoras, como é o caso do coordenador.

Experiência completamente diferente pode ser identificada nas respostas da intérprete de Libras do programa. O contato com a Língua de Sinais para ela foi algo natural desde a infância:

Minha irmã é surda e é mais velha do que eu, então quando nasci, minha irmã já sinalizava. A comunicação dela com os meus pais era através da Língua de Sinais e, por ela ser a irmã mais velha, e eu a mais nova, meu instinto era imitar ela. Na verdade, a Libras foi meu primeiro idioma (Intérprete de Libras, 2023 s/p).

No caso da intérprete, que é formada na docência de Libras e atua em outras empresas como prestadora de serviços, a acessibilidade sempre foi parte do cotidiano, ou seja, a sensibilidade social necessária para aprimorar os processos de produção acessíveis é para ela, algo intrínseco em seu contexto social e cultural.

Através das análises e reflexões acerca das vivências e mediações que permeiam a trajetória dos profissionais que atuam no “Boas Práticas Escolares”, não se pretende dizer, intuir ou afirmar que a sensibilidade social, promotora da Cidadania Comunicativa (Mata, 2006), possa somente ser desenvolvida por aqueles que têm familiares com deficiência ou que tiveram contato direto e interações frequentes com pessoas com deficiência. Porém, pretende-se destacar que: a abertura e a disposição em compreender o tema, as diversidades e os direitos humanos desse grupo de pessoas, é parte indispensável do processo de transformação do ecossistema cultural e comunicativo do jornalismo, enquanto promotor da cidadania. Como bem identificou o autor português José Saramago, “se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”, na epígrafe de “Ensaio sobre a Cegueira”. É neste “reparar” que se encontra a brecha para romper as amarras dos processos hegemônicos tradicionais (Martín-Barbero, 2006) do telejornalismo e potencializar os acessos aos telejornais e ao mundo.

7. CONSIDERAÇÕES SOBRE COMO SENTIR O CLIMA, APRENDER COM A FLORESTA E ACESSAR O MUNDO

Historicamente, o modelo hegemônico de televisão têm desconsiderado as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência, fazendo com que as normativas e leis, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) (ONU, 1948), tornem-se leis invisíveis e contribuam para a marginalização desse grupo de pessoas na sociedade (Bonito, 2015). Diferentes pesquisas no campo da comunicação têm apontado as deficiências do telejornalismo em cumprir com os requisitos de acessibilidade em suas produções (Cirne; Belem, 2022; Goerck; Areosa, 2021; Rubira; Negrini, 2020; Santos, 2021). O desconhecimento técnico e entraves econômicos são frequentemente citados como as razões para essa deficiências das emissoras (Bonito, 2015), contudo iniciativas como a da TV Cultura, com o Projeto FLICTS, mostram que é possível transformar as lógicas hegemônicas de produção e encontrar “brechas” de resistência cultural para alterar as rotinas de produção e a tecnicidade do jornalismo (Martín-Barbero, 2006), ao mesmo tempo em que se promove a inovação social nos processos (Monteiro, 2019).

A partir deste contexto, a presente investigação buscou responder a seguinte questão problema: “de que maneira os processos comunicacionais jornalísticos, empregados no telejornalismo da TV Cultura, contribuem para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em virtude da inclusão e cidadania das pessoas com deficiência no que tange à Acessibilidade Comunicativa?”. Neste caso, considerou-se principalmente o ODS 10: “Reduzir as desigualdades” e o entendimento de Cidadania Comunicativa com base em Mata (2006), como uma forma de capacitar os sujeitos para participar de modo ativo dos âmbitos políticos de disputa de poder, incluindo, o âmbito comunicativo, uma vez que, a acessibilidade, concebida desde a pré-produção é essencial para construir narrativas e conteúdos efetivamente acessíveis a todas as pessoas, independente de suas diversidades (Bonito; Santos, 2019, 2020b).

Sendo assim, a investigação teve início a partir de uma pesquisa exploratória acerca do tema, seguida das etapas de pesquisa bibliográfica, pesquisa teórica e pesquisa da pesquisa. Etapas estas que forneceram as bases para se definir o referencial teórico e modo de analisar o objeto por meio de entrevistas em profundidade (Duarte, 2005) com os profissionais da TV Cultura responsáveis pela produção do programa “Boas Práticas Escolares”, que foi

selecionado por possuir em sua linha editorial a inclusão e pautas que envolvem acessibilidade.

As entrevistas com o jornalista, o coordenador de pós-produção e a equipe de acessibilidade, permitiram atender ao objetivo específico de “descrever os recursos técnicos e processos empregados no telejornalismo da TV Cultura voltados à inclusão de pessoas com deficiência”, assim como as rotinas da equipe de telejornalismo e o modo como a acessibilidade é ou não considerada nos processos de pré-produção, produção e pós-produção. Acerca desse último processo, as entrevistas com os profissionais do FLICTS levantaram a reflexão sobre a necessidade de pensar na acessibilidade, para além da simples inserção dos recursos de audiodescrição, legenda oculta para surdos e ensurdecidos e janela de Língua Brasileira de Sinais (Libras), para isso foram determinantes os depoimentos da jornalista responsável pelas legendas, das três profissionais que atuam com a audiodescrição, da intérprete de Libras e da supervisora da equipe.

Em conjunto, os relatos e as referências bibliográficas e teóricas permitiram “analisar a Acessibilidade Comunicativa como parte com processos jornalísticos do “Boas Práticas Escolares”; e fazer reflexões críticas entre o objeto de pesquisa, os processos telejornalísticos acessíveis, e os conceitos de Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015) e Cidadania Comunicativa (Mata, 2006), bem como da teoria das mediações (Lopes, 2018; Martín-Barbero, 2006, 2009; Rincón, 2019), atendendo assim ao terceiro objetivo específico da pesquisa: “refletir sobre a inclusão de processos inovadores com acessibilidade comunicativa no telejornalismo”.

Conseqüentemente, as descrições, análises e reflexões proporcionaram ao pesquisador: “compreender como os processos comunicacionais acessíveis, na produção jornalística do programa ‘Boas Práticas Escolares’ da TV Cultura, contribuem para a Acessibilidade Comunicativa no telejornalismo em relação aos objetivos da Agenda 2030 no Brasil”, que era o objetivo principal da investigação científica empregada ao longo do trabalho. Este objetivo foi atingido à medida que a pesquisa revelou os desafios de produzir um telejornal com acessibilidade, as trocas entre os profissionais do FLICTS e a equipe de telejornalismo, as demandas de ambos em prol do aprimoramento da produção e dos processos e a necessidade de sensibilização social acerca dos direitos das pessoas com deficiência, como parte indispensável da produção com Acessibilidade Comunicativa.

Portanto, ao buscar dar resposta à questão problema, entendo que a maneira como a tecnicidade e as rotinas de produção afetam e são afetadas pelos demais eixos culturais, comunicativos e políticos, descritos por Martín-Barbero (2006) e que medeiam as trocas e

relações entre os profissionais do “Boas Práticas Escolares”, tais como as narrativas e identidades construídas a partir da produção de um programa telejornalístico acessível, são o que fazem com que os processos jornalísticos, empregados no telejornalismo da TV Cultura, promovam a inclusão e cidadania das pessoas com deficiência pela via do acesso à conteúdos jornalísticos com acessibilidade. Também pelas mesmas razões, os processos acabam por contribuir com os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em especial no âmbito da inovação e da redução de desigualdades, nesse caso informativa. Todos esses aspectos, em conjunto com a participação de pessoas com deficiência na produção, configura uma prática efetiva e bem sucedida dos princípios da Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015) no telejornalismo público brasileiro, o que leva à Cidadania Comunicativa (Mata, 2006). Essa resposta à questão problema, obviamente, não desconsidera a falta de conhecimento técnico que por vezes afeta parte dos processos e rotinas de produção do programa ou os diferentes desafios e pontos a serem melhorados na produção, muitos deles relacionados com a necessidade de aprendizagem e sensibilidade da parte dos jornalistas com o trabalho dos profissionais do FLICTS, com o temática da acessibilidade.e com as legislações e os preceitos estabelecidos na LBI e na DUDH.

A partir da identificação de como os processos jornalísticos podem ser transformados a partir da Acessibilidade Comunicativa (Bonito, 2015), espera-se que a pesquisa e as práticas pioneiras da TV Cultura sirvam de exemplo para outras emissoras brasileiras assumirem também o compromisso com a acessibilidade em suas produções. Longe de esgotar o tema e as possibilidades de estudo sobre as práticas acessíveis no jornalismo, acredita-se que a presente investigação possa servir de base para que outros pesquisadores conheçam mais sobre a temática e desenvolvam seus próprios caminhos na “floresta” da ecologia da pesquisa em comunicação.

Quanto a este pesquisador, interessa em outras investigações, no âmbito da pós-graduação, buscar compreender como os processos e os frutos colhidos através da análise e reflexão sobre o que é feito no “Boas Práticas Escolares”, pode ser adaptado e aplicado em diferentes produtos telejornalísticos, em especial, aqueles que tratam sobre as mudanças climáticas e os efeitos da degradação do meio ambiente na vida das pessoas, incluindo também as pessoas com deficiência, em prol da sua cidadania.

8. A ORIGEM DOS FRUTOS: REFERÊNCIAS

- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2020 acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. [S. l.]: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.causc.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290:2005 acessibilidade em comunicação na televisão**. [S. l.]: Primeira edição. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.crea-sc.org.br/portal/arquivosSGC/NBR%2015290.pdf>.
- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290:2016 acessibilidade em comunicação na televisão**. [S. l.]: Segunda edição. Rio de Janeiro, 2016a. Disponível em: <https://www.abntcolegao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=365121#>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452:2016 Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição**. [S. l.]: Rio de Janeiro, 2016b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/ABNT%20-%20Acessibilidade.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ANDRADES, Caroline Fonseca. **Clima acessível: reflexão crítica sobre a produção jornalística com acessibilidade comunicativa**. 2022. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/7357>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- AUDIODESCRITORA. **Entrevista Audiodescritora - Projeto FLITCS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 8 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. Rio de Janeiro, **Manual de telejornalismo: Os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BARBOSA, Maria Ines Batista. TV INES UM VEÍCULO DE ACESSIBILIDADE PARA A COMUNIDADE SURDA | RevistAleph. **RevistAleph**, [s. l.], v. v. 2, n. n. Especial, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/50338>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- BARDIN, Laurence. Lisboa - Portugal, **Análise de Conteúdo**. Lisboa - Portugal: Edições 70, 2002.
- BARROS, Antonio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, JORGE ET ALI, MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- BERALDO, Carla Tonetto. **“Quem cabe no seu todos”: jornalismo e deficiência visual: um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade de notícias em redes digitais**. 2021. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11427810. Acesso em: 26 jun. 2023.

BERNARDI ZORZO, Felipe *et al.* DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES BRASILEIROS. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 160–182, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3114>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos**. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3366>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 3–14, 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040. Acesso em: 10 jan. 2023.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: METODOLOGIAS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: OLHARES, TRILHAS E PROCESSOS, MALDONADO, ALBERTO EFENDY, ET.AL. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19–42.

BONITO, Marco Antonio. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. 2015. Tese (doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Comunicação - Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>. Acesso em: 9 jan. 2023.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 28–39, 2020a. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/375>. Acesso em: 2 jul. 2023.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Produção narrativa sob a ótica da acessibilidade comunicativa. **La Rivada**, [s. l.], n. 15, 2020b. Disponível em: [//larivada.unam.edu.ar/index.php/larivada/article/view/54](http://larivada.unam.edu.ar/index.php/larivada/article/view/54). Acesso em: 21 mar. 2023.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Repensar os processos e as práticas jornalísticas pela ótica da acessibilidade comunicativa. **Revista Alterjor**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 133–147, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/155316>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. Revisando las Características del Periodismo Digital: Accesibilidad Comunicativa. *In*: + 25 PERSPECTIVAS DO CIBERJORNALISMO. 1. ed. Aveiro: Ria Editorial, 2020c. p. 134–154. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 4 nov. 2022.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Manual de adaptações de Acessibilidade**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://sway.office.com/woQZEfK7X6Om9jD?ref=Link>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRUNO-FARIA, Maria De Fátima; FONSECA, Marcus Vinicius De Araujo. Cultura de Inovação: Conceitos e Modelos Teóricos. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 372–396, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552014000400372&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e cidadania : processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp**. 2020. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unissinos), São Leopoldo, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9124>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. São Paulo, **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Mara Gabrielli, 2008. Disponível em: https://www.maragabrielli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

CASTELLS, Manuel. São Paulo, **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. ET AL. **A PESQUISA QUALITATIVA: ENFOQUES EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/9238598/ANDR%C3%89_CELLARD_A_an%C3%A1lise_documental_p_295_316. Acesso em: 25 nov. 2022.

CGI.NIC.BR, Comitê Gestor da Internet. **Acessibilidade e Tecnologias: Um Panorama Sobre Acesso e Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por Pessoas com Deficiência No Brasil e na América Latina**. São Paulo, 2020. CGI.br e Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/acessibilidade-e-tecnologias-um-panorama-sobre-acesso-e-uso-d-e-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-por-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-e-na-america-latina/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CIRNE, Livia; BELEM, Vitor. **PRECISAMOS FALAR SOBRE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA**. **Revista GEMInIS**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 34–52, 2022. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/683>. Acesso em: 13 maio 2023.

CONSULTORA DE AD. **Entrevista Consultora de AD - Projeto FLITCS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 9 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

COORDENADOR DE PÓS-PRODUÇÃO. **Entrevista Coordenador de pós-produção - TV Cultura**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 18 ago. 2023. Disponível

em:

<https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bLYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

CÔRREA, Luana Raymundo. **AUDIODESCRIÇÃO INSERIDA NOS TEXTOS DOS TELEJORNALIS: UM CAMINHO POSSÍVEL**. 2021. Dissertação - Mestrado em Comunicação Acessível - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Politécnico de Leiria, Leiria - Portugal, 2021. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/6792>. Acesso em: 7 maio 2023.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. O papel público do Telejornalismo no Brasil: Informação e exercício de direitos nas telas em rede nacional. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, [s. l.], n. 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-Belém-PA, 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0368-1.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, ANTÔNIO (ORGS.). **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1, p. 62–83.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

FIORINI, Bruno José; CARVALHO, Luciana Menezes. Inovação na produção audiovisual jornalística midiaticizada: o DROPS do Estadão como jornal interativo efêmero para o Stories do Instagram. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 60, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/82325>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FORTUNATO, Elaine Polo. **Práticas Jornalísticas de Inclusão e Acessibilidade à Informação: O Uso da Língua de Sinais**. 2022. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Linguagens - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11657197. Acesso em: 20 jun. 2023.

GOERCK, Cleonice Sabine; AREOSA, Silvia Virginia Coutinho. Implementação da política de acessibilidade comunicativa: o segmento televisivo em canais abertos de veiculação estadual. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 44, n. 2, p. 215–232, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442021000200215&tlng=pt. Acesso em: 23 maio 2023.

GUTMANN, Juliana Freire; VILAS BÔAS, Valéria Maria; GOMES, Itania Maria Mota. Testemunha, vivência e as atuações do repórter na TV brasileira. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [s. l.], v. 46, n. 51, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/145929>. Acesso em: 9 nov. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pessoas com Deficiência 2022 - Pnad Contínua**. [S. l.]: IBGE, 2023. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

INTÉRPRETE DE LIBRAS. **Entrevista Intérprete de Libras - Projeto FLICTS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 21 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

JENKINS, Henry. São Paulo, **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. v. Tradução Susana L. de Alexandria

JORNALISTA/PAUTEIRO. **Entrevista Jornalista/pauteiro - TV Cultura**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 29 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

LEGENDADORA. **Entrevista Legendadora - Projeto FLITCS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 18 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade**. 2021. Tese de doutorado do Programa de Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo De. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 39, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/145750>. Acesso em: 8 jul. 2023.

MACE, Ronald; HARDIE, Graeme; PLACE, Jaine. Raleigh, **Accessible environments toward Universal Design**. Raleigh: Center for Accessible Housing North Carolina State University, 1991. Disponível em: <https://mn.gov/mnddc/parallels2/pdf/90s/90/90-AEN-CAH.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MALDONADO, Alberto Efendy. Desafios ético-políticos no exercício da cidadania científica em Comunicação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, [s. l.], v. 44, n. 3, p. 161–173, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442021000300161&tlng=pt. Acesso em: 12 jan. 2023.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, [s. l.], v. 0, n. 34, p. 713, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58439>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Rio de Janeiro, **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 143, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38228>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su

articulación. **Fronteiras - estudos midiáticos**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 5–15, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>. Acesso em: 2 jul. 2023.

MONTEIRO, Alcides. O que é a Inovação social? Maleabilidade conceitual e implicações práticas. **Dados**, [s. l.], v. 62, n. 3, p. 34, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/TgyQQ73yL9qF5R3xvSS3J9L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MULGAN, Geoff *et al.* **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. [S. l.]: London, The Young Foundation, 2007. Disponível em: <https://youngfoundation.b-cdn.net/wp-content/uploads/2012/10/Social-Innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated-March-2007.pdf?x55643>. Acesso em: 24 set. 2023.

NASCIMENTO, Vinicius; NASCIMENTO, Nicolas. Interpretação do português para a Libras no Programa Roda Viva da TV Cultura: aspectos e estratégias do trabalho em equipe. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, [s. l.], v. 15, n. 32, p. 128–148, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35913>. Acesso em: 1 jul. 2023.

NASCIMENTO, Ítalo Carlos Soares Do; OLIVEIRA, Marcelle Colares; JÚNIOR, Manuel Salgueiro Rodrigues. Diversidade nas organizações: contribuições para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 1033–1058, 2022. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1390>. Acesso em: 19 jul. 2023.

NAVES, Sylvia Bahiense *et al.* **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. 1. ed. [S. l.]: Ministério da Cultura, Secretaria do Audiovisual, 2016. Disponível em: https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia_para_Producoes_audiovisuais_Acessiveis_projeto_grafico_.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023.

OLEGÁRIO, Micael dos Santos; BONITO, Marco. Pesquisa exploratória sobre a falta de acessibilidade comunicativa e as deficiências das mídias e do telejornalismo. **Anagrama**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/212656>. Acesso em: 10 jul. 2023.

OLIVEIRA, Amália Rebouças De Paiva E; GONÇALVES, Adriana Garcia; BRACCIALI, Lígia Maria Presumido. Desenho universal para aprendizagem e tecnologia assistiva: complementares ou excludentes?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s. l.], p. 3034–3048, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16066>. Acesso em: 24 set. 2023.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [S. l.]: UNIC - RIO - 005 - Dezembro 2000, 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

ONU, Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) - Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PICCININ, Fabiana; NEGRINI, Michele; ROOS, Roberta. Telejornalismo universitário e acessibilidade. **Rumores**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 313–332, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/140423>. Acesso em: 27 jun. 2023.

REVISORA DE AD. **Entrevista Revisora de AD - Projeto FLITCS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 8 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bLYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

RINCÓN, Omar. ENTREVISTA COM JESÚS MARTÍN-BARBERO. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ISSN: 1518-2487)**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 73–80, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/11515>. Acesso em: 17 jul. 2023.

ROBERTA ROOS; BELOCHIO, Vivian; NEGRINI, Michele. Covid e a remediação do telejornalismo através da distribuição multiplataforma. *In*: TELEJORNALISMO CONTEMPORÂNEO: 15 ANOS DA REDE TELEJOR. 1. ed. [S. l.]: Insular, 2020. p. 129–142. Disponível em: Acesso em: 25 abr. 2022.

ROCHA, Luana Mendonça Pinto. **Os cientistas e a ciência cidadã: um estudo exploratório sobre a visão dos pesquisadores profissionais na experiência brasileira**. 2019. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1053>. Acesso em: 13 jul. 2023.

ROOS, Roberta. Inclusão educacional no Ensino Superior: o ensino da produção televisual para o cego. *In*: PESQUISA EM TELEJORNALISMO: RESULTADOS E EXPERIÊNCIAS. 1. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2011. p. 125–138. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2023.

ROSE, David *et al.* Assistive Technology and Universal Design for Learning: Two Sides of the Same Coin Two Roles for Technology: Assistive Technology and Universal Design for Learning. [s. l.], 2005.

RUBIRA, Jefferson Perleberg; NEGRINI, Michele. DESCREVENDO IMAGENS: UM ESTUDO SOBRE A AUDIODESCRIÇÃO COMO FERRAMENTA DE ACESSIBILIDADE NO TELEJORNALISMO. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA (ISSN: 2358-212X)**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3842>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SABBATINE, Marilda Tregues; MACHADO, Edinilson Donisete; PAIÃO, Oliviê Samuel. AGENDA 2030 SUAS PERSPECTIVAS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. **Argumenta Journal Law**, [s. l.], n. 35, p. 411–430, 2021. Disponível em: <https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/2004>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTAELLA, Lucia. São Paulo, **Comunicação & pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 1. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2001. Disponível em: Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, N. *et al.* **Desigualdades informativas: entendendo os caminhos informativos dos brasileiros na internet**. [S. l.]: Aláfia Lab, 2023. Disponível em: https://alafialab.org/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio-desigualdades-informativas-Alafia-la-2023_compressed.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

SANTOS, Iara Alves dos. **Informação e acessibilidade: um estudo sobre o webtelejornalismo produzido para surdos na América Latina**. 2021. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22771/1/IaraAlvesDosSantos_Dissert.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

SCORALICK, Kelly. **Por uma TV acessível: a audiodescrição e as pessoas com deficiência visual**. 2017. 197 f. Tese - Doutorado em Comunicação e Cultura - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5307233. Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVA, Marcela Guimarães e. Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação em Comunicação e Indústria Criativa: noções introdutórias. *In: COMUNICAÇÃO E INDÚSTRIA CRIATIVA: POLÍTICAS, TEORIAS E ESTRATÉGIAS*. 1. ed. Jaguarão-RS: CLAEC, 2018. p. 91–104. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcic/files/2018/09/aqui.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SILVA, Luciana Salviano Marques da. **Qualidade no telejornalismo público brasileiro: uma análise do Jornal da Cultura**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28728>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SUPERVISORA DE ACESSIBILIDADE. **Entrevista Supervisora de AD - Projeto FLITCS**. entrevistador: Micael dos Santos Olegário. [S. l.: s. n.], 12 ago. 2023. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit?usp=sharing>.

TRAQUINA, Nelson. Florianópolis, **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

TV CULTURA. **Histórias transformadoras inspiram novo programa da TV Cultura sobre educação**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/educacao/noticias/2023/02/08/45_historias-transformadoras-inspiram-novo-programa-da-tv-cultura-sobre-educacao.html. Acesso em: 10 jun. 2023.

TV CULTURA. **TV Cultura inaugura núcleo de acessibilidade com homenagem a Ziraldo**. [S. l.], 2019. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/966_tv-cultura-inaugura-nucleo-de-acessibilidade-com-homenagem-a-ziraldo.html. Acesso em: 8 jul. 2023.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. São Borja, **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo**. São Borja: [s. n.], 2022. Disponível em: https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/134/6/PPC_Jornalismo_S%c3%a3o%20Borja%20JUL%202022.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

APÊNDICE A - Íntegra das entrevistas

Decupagens das entrevistas realizadas com profissionais da TV Cultura. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1Yo6gpB-TIecPZ-n9rM0--bIYWVsV0VKPbDTTn9ndznE/edit>

APÊNDICE B - Atestado de Participação em Grupo de Pesquisa

Documento que atesta a participação do pesquisador no Grupo de Pesquisa T3xto e utilizado para solicitar as entrevistas com os profissionais da TV Cultura. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1c9mFp8amf2ROhZ0lz6oSS0oIKijtDICv/view?usp=sharing>